

REVISTA PIAUIENSE DE CONTABILIDADE

PRESIDENTE

Adriana de Almeida Paula da Graça

CONSELHO DIRETOR 2022/2023

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Carlos Lustosa Filho

REGISTRO

José Lopes Castelo Branco

FISCALIZAÇÃO

Leonice Benicio Costa

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Ricjardeson Rocha Dias

CONTROLE INTERNO

Lennilton Viana Leal

CÂMARA TÉCNICA

Tamires Almeida Carvalho

CONSELHEIROS EFETIVOS

Adriana de Almeida Paula da Graça

Alessandra da Silva Barbosa Sousa

Carlos Lustosa Filho

Grambiller Guerra Fernandes

José Lopes Castelo Branco

Josias Pereira Portela

Lennilton Viana Leal

Leonice Benicio Costa

Leydilene Batista Veloso de Moura

Ricjardeson Rocha Dias

Tamires Almeida Carvalho

Wilver Ferreira Camelo

CONSELHEIROS SUPLENTE

Aercio Francisco Santos Borges

Ailton Batista de Lima

Braulio Alex Machado Veras

Elisa Vieira Veloso

Gabriel Campelo de Carvalho

Isaías de Lima Sales Júnior

João Paulo Cardoso

Raquel Maria Ferro Nogueira

Roselane Moita Pierot Magalhães

Weridiana Almeida de Araújo

Francinildo Carneiro Benicio

Clóvis de Abreu Ximenes Jú

CONSELHO EDITORIAL

COORD. DO CONSELHO EDITORIAL (EDITOR-CHEFE)

Elias Dib Caddah Neto

MEMBROS DO CONSELHO EDITORIAL DOUTOR

Lennilton Viana Leal

Mathilde Castello Branco Soares

Monica Maria Lima Fialho Alcântara

CORPO EDITORIAL TÉCNICO

Ceciane Portela Sousa

Francylene Abreu Costa Magalhães

Jaciara de Jesus Lima

Josimar Alcântara de Oliveira

Valtemar de Andrade Braga

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lucas Windsor Soares Bastos

CONTATO

End: Av. Pedro Freitas, nº 1000 PI. CEP:

40070-200 Tel: 86 - 3221-7531 E-mail:

comissaoeditorialrevista@crcpi.org.br





PRESIDENTE DO CRC/PI

Contadora, Adriana da Graça

A Contabilidade possui valores imutáveis e segue, consolidando-se, como uma das profissões mais necessárias ao mercado. Assim, é de grande importância que a qualificação dos serviços prestados à sociedade e valorização dessa profissão, seja essencial.

Temos orgulho de poder contar com Profissionais que se preocupam com isso e buscam atualização constante como forma de permanecerem no topo, que é o local onde merecem estar.

E também temos a convicção de que oferecer conhecimento é essencial e necessário para impulsionar a Classe Contábil Piauiense, por isso é notória a nossa alegria ao contabilizar o sucesso dos projetos promovidos no ano passado.

Neste mês de janeiro celebro o primeiro ano como Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí. Sem sombra de dúvidas é um grande desafio, mas o cumpro com muita responsabilidade e compromisso.

Neste período, que parece pouco, muito foi feito. O slogan de nossa gestão, que é responsável por modificar a imagem do CRC/PI, é "CRC/PI COM TODOS" porque acreditamos que é através da união, de braços dados e em um sentido único que fortalecemos e valorizamos ainda mais a nossa classe e o nosso profissional.

Representar uma classe com quase 6.000 profissionais liberais, que atuam como Contadores, Técnicos em Contabilidade, Empresários, Consultores, Professores, Auditores, Peritos, Funcionários Públicos, com toda a pujança necessária à Classe Contábil do Piauí, é tarefa para os fortes. É preciso ter compromisso com a história e responsabilidade com o legado das pessoas e das instituições e estamos fazendo isso através de ações e de projetos que envolvem todos os stakeholders de nossa profissão.

Somos uma classe na qual a essência está na própria energia da prestação de serviço à sociedade e não temos outro caminho a não ser arregañar as mangas e trabalhar para que a sociedade possa perceber cada vez mais a sua essencialidade.

Desde que assumimos o CRC/PI temos mantido firmes as orientações do Conselho Federal de Contabilidade. Entre estes compromissos está a campanha de valorização do Profissional da Contabilidade, que foi como nasceu o "Contabilizando Conhecimento: Com Todos pelo Piauí". A educação profissional no nosso estado tem sido forte e atuante com a oferta de cursos, treinamentos e capacitações pelos seus quatro cantos. Também é nosso escopo estimular o envolvimento e a mobilização cada vez maior do Conselho nas áreas sociais, da juventude, do empreendedorismo, da mulher e do voluntariado, fortalecendo assim a imagem de uma classe que é responsável também pela sociedade.

Primamos pela transparência e pelo fortalecimento do controle interno e dos atos de governança da nossa entidade, para que possamos refletir este ideal nas esferas em que

a Contabilidade Pública participa. Também é nosso dever participar de forma ativa nas discussões e nas relações político-institucionais da nossa classe e assim defender e ampliar os espaços e atenção ao profissional da contabilidade.

E este é um trabalho do qual me orgulho e que está sendo feito em conjunto com todas as entidades que compõem o Sistema Contábil Piauiense. Quando assumimos, uma das nossas primeiras ações foi buscar a reaproximação e o realinhamento com instituições municipais, estaduais e federais. Através de muito diálogo, transparência e respeito, mantemos uma relação profícua e respeitosa com todas as organizações do entorno da Contabilidade e construímos excelentes parcerias.

Uma de nossas ações mais contundentes neste ano foi a conquista de vagas para Contador no concurso do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Por meio de um excelente diálogo com o Desembargador José Ribamar Oliveira, Presidente do TJ, conseguimos esta vitória.

Estivemos inseridos nas tratativas e discussões que culminaram na sanção da Lei Nº 7.911/2022, que institui o piso salarial de Contadores, Técnicos em Contabilidade e Trabalhadores que atuam nos serviços do setor, através da nossa excelente relação institucional com o Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, Deputado Estadual Franzé Silva.

Por meio da nossa parceria com o TCE-PI conseguimos junto à Ex-Presidente Lílian Martins, a cessão de um espaço para a Classe Contábil Piauiense. A “Sala do Contador” está em vias de ser inaugurada na sede do Tribunal e será um local para que o Profissional da Contabilidade utilize para reuniões, debates e para trabalhar enquanto estiver no TCE-PI.

As parcerias institucionais com a Presidente da Junta Comercial do Estado do Piauí, Alzenir Porto, com a Secretaria Estadual de Fazenda, agora sob o comando de Emílio Júnior, e a Prefeitura de Teresina, através do Secretário-Executivo Eduardo Lima, seguem firmes e atuantes. No interior, também mantemos

contatos e tratativas com prefeituras e secretarias de finanças para buscar o melhor para nossa classe nos municípios piauienses.

Nosso entendimento é que o bom debate e o respeito são essenciais nas relações e continuaremos com este balizador. Nossa meta é colecionar portas abertas para a categoria em todo o Piauí.

Nossa gestão continuará sendo pautada sob a égide de um trabalho que deixará um legado na história da Contabilidade Piauiense, como uma entrega benfeitora de ação coletiva.

CRC/PI COM TODOS veio para marcar lugar na história da Contabilidade Piauiense. E só existe uma forma de se resgatar a credibilidade de um povo ou de uma nação: é o discurso sendo a própria prática. Como disse Martin Luther King, “o tempo é sempre certo para fazer o que está certo”. E é desta maneira que queremos lidar com o tempo!

Um feliz 2023 e que Deus abençoe a todos nós!



**A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO
DE CONTROLE DA SITUAÇÃO
ECONÔMICO-FINANCEIRA NAS
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

– OS: Uma Análise das Demonstrações Contábeis da Associação Reabilitar, Teresina (PI)

Andréa Maria de Aguiar Rodrigues

RESUMO

Em 1995, Luiz Carlos Bresser-Pereira, criou o Plano Diretor da Reforma do Estado - PDRAE, considerado o marco principal da Reforma Gerencial da Administração Pública no Brasil, com todas essas mudanças são criadas as Organizações Sociais, regulamentada pela Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998. As organizações sociais são entidades sem finalidade de lucros, conhecidas como Terceiro Setor. Essas entidades mantem seus projetos através de repasses e doações, sendo necessário um melhor controle financeiro das receitas recebidas e geradas e das necessidades de desembolsos. Através da análise das Demonstrações Contábeis é possível verificar a situação econômico-financeira da entidade. Assim, a pesquisa tem como objetivo geral “Analisar as Demonstrações Contábeis para aferir a situação econômica – financeira da Associação Reabilitar”. Para alcançar os objetivos propostos foi realizado um estudo de caso sobre a Associação Reabilitar, Organização Social, localizada no Município de Teresina/PI. A pesquisa foi realizada a partir de análise documental dos relatórios contábeis dos anos de 2015 e 2016, disponibilizados no site www.ceir.org.br. A situação econômico-financeira foi verificada através de índice de liquidez, endividamento, concentração de receitas, estabilidade financeira e de gestão, além da utilização dos índices foi feita uma análise das entradas e saídas de caixa através de relatório financeiro e DFC. Assim, pode-se afirmar que nos dois anos de exercícios a entidade possui um crescimento de suas receitas e consegue atender a demanda de pacientes orçadas, porém, precisa – se acompanhar melhor os custos.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Organizações Sociais. Análise das Demonstrações Contábeis. Situação Econômico-financeira. Associação Reabilitar

ABSTRACT

In 1995, Luiz Carlos Bresser-Pereira, created the Master Plan for State Reform - PDRAE, considered the main frame of the Management Reform of Public Administration in Brazil, with all these changes are created Social Organizations, regulated by Law 9,637 of 15 May 1998. Social organizations are non-profit making entities, known as the Third Sector. These entities maintain their projects through onlendings and donations, requiring a better financial control of revenues received and generated and disbursement needs. Through the analysis of the Financial Statements it is possible to verify the economic-financial situation of the entity. Thus, the research has the general objective of "Analyzing the Financial Statements to assess the economic and financial situation of the Rehabilitation Association". In order to reach the proposed objectives, a case study was carried out on the Rehabilitation Association, Social Organization, located in the Municipality of Teresina / PI. The research was carried out based on documentary analysis of the accounting reports of the years 2015 and 2016, made available on the website www.ceir.org.br. The economic and financial situation was verified through liquidity index, debt, concentration of revenues, financial stability and management, besides the use of the indices was made an analysis of the inflows and outflows of cash through financial reporting and DFC. Thus, it can be affirmed that in the two years of exercises the entity has a growth of its revenues and manages to meet the demand of budgeted patients, however, it is necessary to follow the costs better.

Keywords: Third Sector; Social Organizations; Analysis of Financial Statements; Economic and financial situation e Rehabilitation Association

1 INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor tem ampliado a sua atuação. Segundo o levantamento feito pelo IBGE sobre “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil”, com dados mais recentes até 2010, o número de fundações privadas e associações eram 290.692. No Piauí são 6.648 fundações privadas e associações, 2,3% das entidades no Brasil, em Teresina são 4.276 entidades. De acordo com dados do IPEA, até 2014 eram 904 Organizações Sociais no Brasil, sendo o Nordeste a segunda região com a maior quantidade, 214 entidades.

A Contabilidade é uma importante ferramenta de gestão para as entidades do Terceiro Setor, pois auxilia no controle dos recursos obtidos. Através da análise das Demonstrações Contábeis é possível verificar a situação econômico-financeira da entidade. Dessa forma, a pesquisa tem como problema: Qual a situação econômico-financeira da Associação Reabilitar?

Para alcançar os resultados da pesquisa foi realizado um estudo de caso sobre a Associação Reabilitar, Organização Social, localizada no Município de Teresina/PI. Assim, foi realizada uma análise documental dos relatórios contábeis – Balanço Patrimonial, DRP e DFC – e relatórios financeiros dos anos de 2015 e 2016. Sendo que, os relatórios financeiros fazem parte do relatório de gestão, de onde foram retiradas outras informações como o número de beneficiários. Todos esses relatórios estão disponibilizados no site www.ceir.org.br.

2 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Segundo França [coord.] (2015), o Terceiro Setor é aquele que não é público e nem privado, pois se caracteriza por aspectos de ambos, mas sem predominar em nenhum. Essas entidades são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos. Segundo o Novo Código Civil, as pessoas jurídicas são classificadas em dois grupos: as de direito público e as de direito privado. Em seu art. 44, incisos I, II, III, IV, V e VI “são pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as Eirelis”.

Em 1995, com a formulação do PDRAE, Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, houve uma Reforma Gerencial da Administração Pública no Brasil. Contestava-se sobre o aumento de responsabilidades do poder público, a estrutura burocrática, o déficit. Desta forma, para Bresser-Pereira (2017) o objetivo da reforma gerencial é tornar eficientes os serviços sociais e científicos prestados pelo Estado, sendo assim, o foco passa a ser oferecer serviços de qualidade com maior acessibilidade, rapidez e economia.

É nesse contexto que surge as organizações sociais. Para Duarte (2014, p. 102), “O grande benefício da cooperação entre o Estado e as Organizações Sociais é que estas trazem a sua experiência de administração e a possibilidade de aplicar o regime privado na contratação de funcionários, insumos e serviços”. Dessa forma, os serviços prestados a sociedade contam com agilidade do setor privado, diante das rápidas mudanças de mercado. Neves (2015) acrescenta que a atuação do Poder Público em colaboração com as Organizações Sociais ocorre de forma indireta com o uso do instrumental jurídico para incentivar os particulares a executarem os serviços públicos sociais por meio do emprego de fomento.

Esse instrumento jurídico, no caso das OS, é o contrato de gestão, em seu art 5º, a Lei 9.637, define “entende – se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º”. Pessoa (2017) coloca que o contrato de gestão é uma relação jurídica de parceria entre o Poder Público e a organização da sociedade civil, com natureza jurídica de convênio, devem ser conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal, respeitando o art. 37, CF.

Em seus aspectos contábeis é importante ressaltar o reconhecimento de subvenções governamentais, que estão especificadas no CPC 07 (R1) e NBC TG 07. De acordo com NBC TG 07 “Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo”. Sendo assim, o simples recebimento não é prova conclusiva de que as condições tenham sido ou serão cumpridas, então os recursos podem retornar aos cofres públicos.

3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS VERSUS SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta de gestão bastante utilizada pelas entidades. Para Iudícibus (2013) a análise de balanços faz mais sentido quando serve como um “painel geral de controle” da administração. Já para Silva (2013) a análise financeira é um valioso instrumento de avaliação e leva aos seus usuários informações para que eles possam avaliar a performance e a solidez das empresas. Desta forma, a análise das demonstrações contábeis fornece informações aos usuários internos e externos.

Existem diversos índices utilizados na Análise das Demonstrações Contábeis, a escolha e a quantidade a serem utilizados depende da necessidade de cada entidade, como a pesquisa é voltada para entidade do terceiro setor, os índices escolhidos são os sugeridos pelo Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor (2015), como mostra o quadro 1.

QUADRO 1: ÍNDICES FINANCEIROS E ECONÔMICOS

EXPRESSÃO	TÍTULO	FINALIDADE
AC/PC	Liquidez Corrente	Ativos circulantes disponíveis para liquidar obrigações de curto prazo.
Disponível/Saldo de Projetos	Liquidez Específica	Expressa o montante de recursos disponíveis para cumprir as atividades do projeto no período seguinte.
Patrimônio Líquido/ Imobilizado X 100	Grau de Imobilização do PL	Expressa o percentual de imobilização do patrimônio social.
ANC/Patrimônio Líquido	Grau de recursos do PL que está no Ativo Não Circulante	Expressa o percentual do PL aplicado no ativo não circulante
PC/PC+PNC+PL x 100	Grau de endividamento a curto prazo	Expressa o percentual de endividamento em curto prazo.
PC+ PNC/ PC+PNC+PL 100	Grau de endividamento geral	Expressa o percentual de endividamento total.
Despesa realizada/ Receita Recebida X 100	Relação despesa realizada dos projetos e as receitas recebidas	Expressa o percentual das despesas efetivamente realizadas em relação às receitas recebidas no período. Deve ser analisado em separado: doações vinculadas a projetos e os recursos próprios. Expressa o percentual de endividamento total.
Gratuidade/Despesa Total X 100	Relação gratuidade e despesas totais	Avaliar o percentual de gratuidades concedidas no período em relação às despesas totais.
Gratuidade/Receita Total X 100	Relação gratuidade e receitas totais	Avaliar o percentual de gratuidades recebidas no período em relação às receitas totais.
Despesas por atividade/ Despesa Total X 100	Participação de cada atividade nas despesas totais	Avalia o nível de representatividade de cada atividade nas despesas totais.
Receitas por atividade/ Receita Total X 100	Participação de cada atividade nas receitas totais	Avalia o nível de representatividade das receitas auferidas em relação às receitas totais.
Receitas próprias/ Receita Total X 100	Esforço de captação própria	Avalia a capacidade de a entidade gerar renda própria em relação às receitas totais.

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (2015)

Através dos índices apresentados é possível analisar a situação econômico-financeira. Mas, é preciso entender os conceitos de situação econômica, financeira e patrimonial. Para Ferrari (2014) a situação econômica se refere ao resultado, ao lucro ou prejuízo da entidade em determinado período. Matarazzo (2010) acrescenta que o lucro aumenta o Patrimônio Líquido, porém a situação financeira se refere a dinheiro, estaticamente, representa o saldo de caixa.

Para Ferrari (2014) situação patrimonial se refere aos bens, direitos e obrigações pertencentes à entidade em dado momento, são evidenciados no Balanço Patrimonial. Já Marion (2012) coloca a importância da análise de balanço patrimonial, para ele as informações sobre prazos de realização de ativos e liquidação de passivos são úteis para a avaliação de liquidez.

Dessa forma, através de índices é possível avaliar o desempenho da entidade dando um diagnóstico preciso da situação econômico-financeira. Os índices de rentabilidade ou resultados são os mais diferentes da estrutura de empresas com fins lucrativos, para entidades do terceiro setor a rentabilidade está associada a capacidade de captar recursos para realizar suas atividades.

Assim, Trussel e Parson apud Cunha e Matias-Pereira (2012) Através de análise quantitativa é possível fazer a relação entre dados de algumas contas patrimoniais e de resultado frente ao montante de doações recebidas. Dessa forma, como mostra o quadro 2, será estudado alguns índices que demonstram a estabilidade financeira das entidades do terceiro setor.

QUADRO 2: ÍNDICES DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

ÍNDICE	INDICADOR	FINALIDADE
Ativo Líquido/ Receitas Totais	Estabilidade Financeira	Número de períodos de receitas que a entidade sem fins lucrativos tem armazenado
$\sum [(receita\ por\ fonte/receita\ total)]^2$	Concentração de Receita	Demonstra quanto mais fontes existir menos a receita está concentrada
Superávit/Total de Receitas	Estabilidade Financeira	Demonstra o quanto de receitas será armazenado para exercícios posteriores

Fonte: Trussel e Parsons apud Cunha e Matias-Pereira (2012), adaptado

Outros índices a serem analisados são os de eficiência de gestão, quadro 3. Conforme, Iudícibus (2013, p. 134) “a análise realizada levando em conta apenas valores de balanços e de outros demonstrativos contábeis ainda tem uma limitação adicional, que é a de não utilizar quantidades ou unidades físicas, juntamente com valores”. Desta forma, quando se associa os dados contábeis com os demais dados da entidade as informações são mais relevantes.

QUADRO 3: ÍNDICES DE EFICIÊNCIA DE GESTÃO

EXPRESSÃO	TÍTULO	FINALIDADE
Despesa realizada/número de beneficiários	Eficiência na aplicação dos recursos	Avalia o valor unitário gasto por beneficiário. Pode se tratar de recuperação de crianças de rua, de gastos por crianças em escola, por idoso em lares de apoio, pacientes em hospital, etc.
Despesa realizada/área demarcada	Eficiência na aplicação dos recursos	Avalia o valor unitário gasto por área demarcada, quando se tratar de projeto de demarcação de terras. Substituindo-se por área apenas, tem-se o gasto unitário por área de atuação.
Custo orçado/custo realizadoX100	Eficiência no controle dos recursos	Avalia a capacidade de previsão e planejamento. É interessante que seja feito por projetos.
Área construída em M2. / Beneficiários	Eficiência da estrutura física	Avalia a acomodação dos beneficiários por metro quadrado.
Ativos/Beneficiários	Eficiência na distribuição de ativos diversos	Avalia os resultados alcançados na aplicação de ativos como medicamentos, vacinas, cestas básicas, material escolar, etc.

Quantidade de cursos prevista/Quantidade realizada	Mensuração de eficiência atividades educacionais	Avalia a capacidade estrutural de a entidade cumprir metas físicas de realização de cursos.
Número de participantes de cursos previsto/ Número de capacitados	Mensuração de eficiência atividades educacionais	Avalia a eficiência no alcance de objetivos de formação de contingente físicos.

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (2015)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Associação Reabilitar é uma organização social sem fins lucrativos que atua no Piauí por meio de contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI. A entidade possui cinco projetos, principal é o Centro Integrado de Reabilitação – CEIR, realiza atendimentos voltados para pessoas com deficiência. De acordo com o Relatório de Gestão (2016) a entidade prestou 148.283 atendimentos em 2015 e 153.034 em 2016.

Para alcance dos resultados foram utilizados os índices financeiro, econômico e de gestão. Outros índices utilizados foram os de concentração de receitas e estabilidade financeira. Para dar uma melhor sustentação aos resultados foi feita uma análise da demonstração das entradas e saídas de caixa. O primeiro índice a ser analisado é o de liquidez geral.

TABELA 1: LIQUIDEZ GERAL

	2015	2016
Ativo circulante	4.016.790,76	5.940.452,14
Ativo realizável a longo prazo	0,00	0,00
Passivo circulante	7.583.164,89	6.254.012,93
Passivo exigível a longo prazo	2.190.030,11	25.226.307,09
AC+ARLP/PC+PELP	0,41	0,19

Fonte: Pesquisa direta

Esse índice mede a capacidade que a entidade possui de pagar suas dívidas a curto e longo prazo, para cada ativo um real de dívida total, assim, quanto maior o índice maior a capacidade de liquidar suas dívidas. Verifica-se que 2015 e 2016 o índice foram desfavoráveis, sendo que em 2016 teve uma queda maior.

Isso ocorre devido ao aumento dos valores na conta receitas diferidas de subvenção governamentais, essa conta é alimentada por recursos recebidos do governo para compra de imobilizado. Entre os anos de 2015 e 2016 teve um aumento do saldo significativo no valor de R\$ 22.357.957,18. Esse saldo fez com que o passivo exigível tivesse um aumento expressivo, sendo que patrimônio social da entidade continua estático nos dois anos, não provocou alterações.

TABELA 2: LIQUIDEZ CORRENTE

	2015	2016
Ativo circulante	4.016.790,76	5.940.452,14
Passivo circulante	7.583.164,89	6.254.012,93
AC/PC	0,53	0,95

Fonte: Pesquisa direta

Já o índice de liquidez corrente verifica a capacidade de pagamento das obrigações a curto prazo, indica quanto a entidade possui de ativo circulante para cada um real de passivo circulante, quanto maior melhor. Assim, nos dois anos estudados a situação foi desfavorável, isso ocorreu pelo aumento das contas de subvenções, no passivo.

TABELA 3: GRAU DE ENDIVIDAMENTO A CURTO PRAZO

	2015	2016
Passivo circulante	7.583.164,89	6.254.012,93
Passivo não circulante	2.190.030,11	25.226.307,09
Total	9.773.195,00	31.480.320,02
PC/PC+PNC X 100	77,59%	19,86%

Fonte: Pesquisa direta

Esse índice demonstra qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais e quanto menor melhor. Assim, verifica-se que a concentração das dívidas era a curto prazo em 2015 e em 2016 a longo prazo, isso ocorre porque as contas de subvenções governamentais e a conta do PROSUS tiveram um grande aumento.

TABELA 4: GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL

	2015	2016
Passivo circulante	7.583.164,89	6.254.012,93
Passivo não circulante	2.190.030,11	25.226.307,09
Total do Passivo	8.099.929,55	31.805.255,45
PC+PNC/PC+PNC+PL X 100	120,65%	98,97%

Fonte: Pesquisa direta

Esse índice expressa a participação de capitais de terceiros no endividamento, quanto menor melhor. Dessa forma, a entidade paga suas dívidas, predominantemente, com recursos de terceiros, principalmente subvenções governamentais, em 2015, esse percentual foi mais expressivo devido aos déficits acumulados, assim, o patrimônio líquido ficou negativo. Sendo que o passivo exigível representa um percentual de 20,65% a mais que o patrimônio líquido, expressando a concentração nos capitais de terceiros.

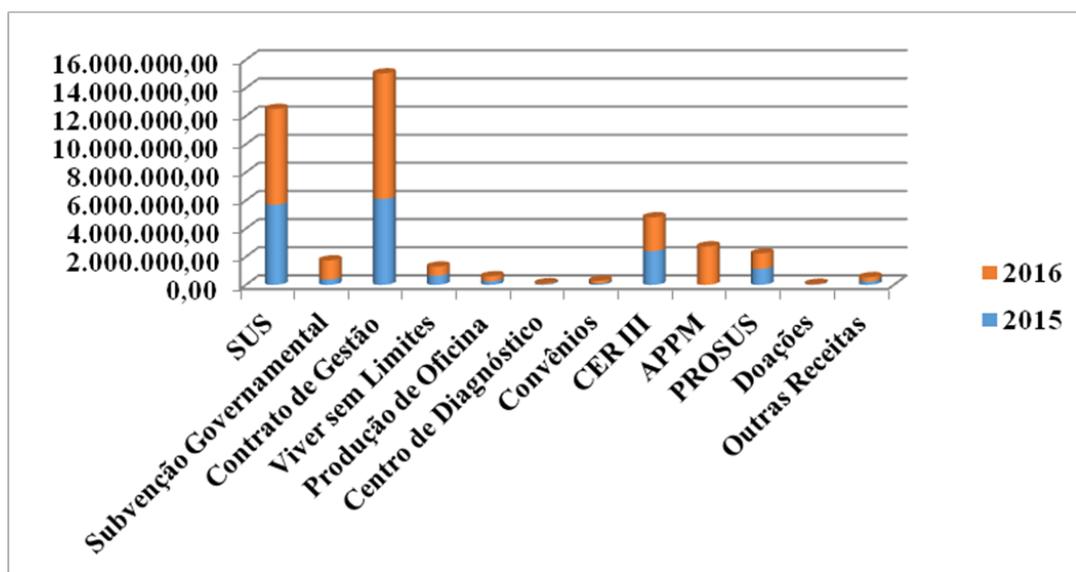
TABELA 5: CONCENTRAÇÃO DE RECEITA

	2015	2016
SUS	5.696.995,89	6.808.185,08
Subvenção Governamental	389.980,97	1.347.013,66
Contrato de Gestão	6.110.000	8.920.000
Programa Rede Viver Sem Limites	648.000	648.000
Produção Oficina	263.212,85	344.554,13
Centro de Diagnóstico	60.993,96	54.519,50
Convênio – Maternidade Evangelina Rosa	76.250	89.547,50
Outras Receitas Operacionais	140.950,11	221.296,90
Trabalho Voluntário	97.783,02	86.235,29
Doações	36.600	39.814,65
IAPEP	916	261,07
CER III	2.400.000	2.400.000
Hospital da Polícia Militar	4.285	8.815
Hospital Natan Portela	22.605	79.200
PROSUS	1.133.846,59	1.098.227,87
APPM	-	2.727.679,88
UNIMED	-	12.709,94
IPMT	-	65,39
TOTAL	17.086.949,39	24.881.595,86
$\sum [(receita\ por\ fonte/receita\ total)]^2$	0,265489	0,3287412

Fonte: Pesquisa direta

Outro índice a ser analisado é o de concentração de receita, o resultado varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 mais concentrada são as receitas, se o numerador for igual ao denominador significa que existe apenas uma fonte de receita. Como se observou na tabela 5, as receitas são pouco concentradas, pois existem várias fontes de receitas, porém, a entidade concentra grande parte dos recursos em apenas duas fontes, como se verifica no gráfico 1, a entidade pode ter sérios problemas econômicos se a maior fonte de receita deixar de repassar seus recursos.

GRÁFICO 1: FONTES DE RECEITAS



Fonte: Pesquisa direta

Observa-se no gráfico acima, que a maior fonte de receitas é o repasse do contrato de gestão e SUS. Outras fontes são os programas federais Viver sem Limites e CER III, recursos federais, Associação Piauiense de Municípios, convênios para prestação de serviços com a Maternidade Evangelina Rosa, Hospital da Polícia e Natan Portela. Outras receitas menores são as doações e convênios com planos de saúde que são poucos expressivos já que o objetivo é atender os usuários do SUS.

Outra fonte é o PROSUS, programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área de saúde, se diferencia dos demais recursos, pois sua adesão possibilitou a concessão de moratória e remissão das dívidas vencidas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

No decorrer da pesquisa, verificou-se que a DRP 2015 publicada no site do CEIR era divergente da publica em 2016, assim, em nota explicativa foram evidenciados os ajustes que ocorreram na DRP 2015. Um ajuste foi feito na conta PROSUS, passivo circulante, no valor de R\$ 860.577,94, diferença entre o valor contabilizado em 2015 referente a remissão de débitos do PROSUS e o valor constante no despacho rescisório da receita federal obtido em janeiro de 2017.

TABELA 6: SUBVENÇÃO E CONT.DE GEST. NAS RECEITAS TOTAIS

	2015	2016
Subvenção Governamental	389.980,97	1.347.013,66
Contrato de Gestão	6.110.000	8.920.000
Receitas Totais	17.086.949,39	24.881.595,86
Subvenção Governamental+ Contrato de Gestão/Receitas Totais X 100	38,04%	41,26%

Fonte: Pesquisa direta

Para evidenciar melhor a concentração de receita colocado na tabela 5 e no gráfico 1, a tabela 6 mostra a participação de subvenção governamental e Contrato de Gestão nas receitas totais da associação, sendo 38,04% em 2015 e 41,26% em 2016. Em 2016 representa quase metade dos recursos totais, assim, se associação deixar de receber esses recursos através do contrato de gestão ficaria com sérios problemas para continuar suas atividades.

TABELA 7: ESTABILIDADE FINANCEIRA I

	2015	2016
Ativo Líquido	-1.673.265,45	324.935,43
Receitas Totais	17.086.949,39	24.881.595,86
Ativo Líquido/Receitas Totais	-0,09	0,01

Fonte: Pesquisa direta

Esse indicador de estabilidade financeira gera uma informação sobre o número de períodos de receitas que a entidade tem armazenado, assim, o ativo total excluindo as obrigações indica se entidade tem recursos para atender necessidades futuras. Como se observa, em 2015 o ativo líquido foi negativo, ao invés de armazenar recursos teve que gerar recursos para melhorar as condições patrimoniais, já em 2016 houve um armazenamento.

Porém, é importante ressaltar que para alguns avaliadores esse indicador pode significar ineficiência por não aplicar os recursos e sim acumular riqueza, as entidades do terceiro setor buscam aplicar seus recursos em suas atividades melhorando a abrangência e qualidade. Mas, não significa que essas entidades ficarão despreocupadas em relação ao aumento do superávit, é importante que esse acúmulo aconteça para garantir necessidades futuras.

TABELA 8: ESTABILIDADE FINANCEIRA II

	2015	2016
Superávit	3.214.765,52	1.998.200,88
Total de Receitas	17.086.949,39	24.881.595,86
Superávit/Total de Receitas	0,19	0,08

Fonte: Pesquisa direta

Outro indicador de estabilidade financeira, só que não leva em consideração o ativo líquido e sim o superávit, mostra o quanto de receitas será armazenado para exercícios posteriores. Mas, como já falado o objetivo não é um grande acúmulo de superávit, como mostra a tabela 8. O superávit em 2015 foi 19% das receitas totais que ficaram para o exercício seguinte, já em 2016 teve uma diminuição do percentual, apenas 8% do superávit.

TABELA 9: RELAÇÃO DESPESAS E RECEITAS

	2015	2016
Despesas	13.857.129,19	22.803.677,37
Receitas	17.086.949,39	24.881.595,86
Despesa realizada/Receita recebida X 100	81%	91%

Fonte: Pesquisa direta

Na relação despesas e receitas, fica evidenciado que grande parte dos recursos adquiridos pela entidade é destinado a cobrir as despesas de suas atividades. Em 2015 foi 81% das receitas e em 2016 teve um aumento para 91% das receitas. Como já explicado, as receitas adquiridas devem ser utilizadas com foco no desenvolvimento de suas atividades operacionais, porém, o controle das despesas é fundamental para a eficiência na aplicação de recursos.

Esse indicador mostra que para cada paciente foram gastos em 2015, R\$ 93,45, e em 2016, R\$ 149,01, tendo um aumento entre os anos de 2015 e 2016 de R\$ 55,56. Esse aumento pode ser justificado pelo aumento de despesas gerais, com pessoal ou custo. Para entender melhor foi feita uma análise das entradas e saídas de caixa fornecido pelo relatório financeiro.

A tabela 11 mostra as entradas e saídas de caixa, bem como o aumento das receitas, custos e despesas. As receitas com maior crescimento foram dos rendimentos da conta aplicação e do Hospital da Polícia Militar quase 50%, o repasse do governo estado do Piauí aumentou em 27,2% e a oficina ortopédica 23,6%. Já as receitas recebidas através do programa rede viver sem limites, CER III, IAPEP, centro de diagnóstico e doações diminuíram, porém, o total de entradas aumentou em 24,8%.

Por outro lado, os custos também cresceram. O custo das mercadorias vendidas cresceu em 76,9%, sendo um percentual bem elevado para o aumento do custo em apenas um ano. Outros que também aumentaram foi custo dos serviços prestados (centro de diagnóstico) em 42,5%, custos dos produtos de fabricação própria, 41,4%. Além desses aumentos significativos, dois outros custos foram acrescentados em 2016, custos da oficina ortopédica itinerante e o projeto ônibus Qualisus, no total geral das saídas teve um aumento de 20,5%. Dessa forma, pode – se afirmar que o aumento das despesas por beneficiários, tabela 10, está ligado ao aumento do custo.

TABELA 11: DEMONSTRAÇÃO DAS ENTRADAS E SAÍDAS DE CAIXA

	2015	2016	VARIAÇÃO (%)
ENTRADAS (provenientes de)			
Repasse do Governo do Estado do Piauí	6.350.000,00	8.724.000,00	27,2%
Faturamento do SUS	6.479.910,92	6.807.223,86	4,8%
Rede Viver Sem Limites	702.000,00	648.000,00	-7,7%
CER III	2.600.000,00	2.400.000,00	-7,7%
Mater. Evang. Rosa	74.160,00	93.640,00	20,8%
IAPEP	1.348,31	707,29	-47,5
Centro de Diagnóstico	62.069,28	54.463,54	-12,2%
Oficina Ortopédica	258.297,64	338.231,62	23,6%
Aluguel Lanchonete	8.688,00	9.448,00	8,1%
Doações	36.600,00	35.900,00	-1,9%
Rendimentos da Conta Aplicação	61.989,19	116.181,34	46,7%
Hospital da Polícia Militar	4.640,00	8.460,00	45,2%
Unimed	-	11.842,46	100%
APPM (Repasse do Estado)	-	1.430.917,81	100%
APPM (Repasse do Município)	-	741.964,99	100%
Hosp. Natan Portela	-	94.792,50	100%
Subvenções Governamentais	-	415.000,00	100%
Outras Receitas Operacionais	66.341,34	309.502,01	78,6%
Outras Receitas	-	32.361,61	100%
Saldo Compensação	-	351,45	-
Deduções da Receitas	(8.832,49)	(79.976,79)	-
TOTAL ENTRADAS	16.697.212,19	22.193.011,69	24,8%
SAÍDAS (para pagamentos de)			
Ativ. De Habilit. Reab. e Read.	(4.715.630,04)	(4.670.983,72)	-0,9%
Custos dos Produtos de Fabricação Própria	(1.004.702,15)	(588.834,66)	41,4%
Custo das Mercadorias Vendidas	(171.848,02)	(721.554,64)	76,9%
Custos dos Serviços Prestados (Centro de Diagnósticos)	(1.579.656,79)	(2.748.322,86)	42,5%
Custos Oficina Ortopédica Itinerante	-	(93.659,73)	100%
Projeto ônibus (Qualisus)	-	(2.242.206,53)	100%
Despesas Administrativas	(5.383.369,77)	(6.336.195,19)	15%
Investimentos em Estoque	(3.404.115,95)	(3.331.881,82)	-2,1%
Investimento em Patrimônio	(572.509,85)	(441.172,59)	-22,9%
TOTAL SAÍDAS	(16.831.832,57)	(21.174.811,74)	20,5%
TOTAL ENTRADAS - SAÍDAS	(-134.620,38)	1.018.199,95	-

AJUSTE DFC	(-93,90)	508,61	-
AUMENTO/DIMINUIÇÃO DO SALDO DE CAIXA	(-134.714,28)	1.018.708,56	-
+SALDO INICIAL DE CAIXA	655.554,34	520.840,06	-
=SALDO FINAL DE CAIXA	520.840,06	1.539.548,62	66,2%

Fonte: Pesquisa direta

Como se observa na tabela 12, os custos são os mais representativos no total geral de saídas de caixa, representando 44,4% em 2015 e 52,3% em 2016, este último mais da metade das saídas e por isso devem receber mais atenção. Esse aumento nos custos pode ser explicado pelo aumento do valor da matéria prima tanto para os produtos de fabricação própria quanto para os usados na prestação de serviços. Precisa – se verificar quais os materiais que estão mais caros e procurar um melhor preço através de novos fornecedores.

TABELA 12: PARTICIPAÇÃO DAS SAÍDAS DE CAIXA

	2015	2016
Custos totais	7.471.837,00	11.065.562,14
Despesas administrativas	5.383.369,77	6.336.195,19
Estoque	3.404.115,95	3.331.881,82
Patrimônio	572.509,85	441.172,59
TOTAL GERAL	16.831.832,57	21.174.811,74
Custos totais/total geral X 100	44,4%	52,3%
Despesas administrativas/ total geral X 100	32%	30%
Estoque/total geral X 100	20,2%	15,7%
Patrimônio/ total geral X 100	3,4%	2%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Pesquisa direta

Já na tabela 13 é possível verificar o quanto cada custo representa do total geral, como a atividade de habilitação, reabilitação e adaptação é a que mais atende pacientes, 88.770 em 2016, é a que representa o maior percentual dos custos 63,1% em 2015, 42,2% em 2016, tendo uma diminuição dos custos. Por outro lado, o custo das mercadorias vendidas e custo dos serviços prestados (centro de diagnóstico) se tornaram mais evidentes em 2016.

Contudo, o atendimento do centro de diagnóstico diminuiu em 2015 foram 36.785 e em 2016 foram 33.948 atendimentos, não justificando o aumento nos custos, é preciso saber o que está deixando o serviço mais oneroso e fazer um acompanhamento dos custos.

TABELA 13: PARTICIPAÇÃO DOS CUSTOS

	2015	2016
Ativ. De Habilit. Reab. e Read.	4.715.630,04	4.670.983,72
Custos dos Produtos de Fabricação Própria	1.004.702,15	588.834,66
Custo das Mercadorias Vendidas	171.848,02	721.554,64
Custos dos Serviços Prestados (Centro de Diagnósticos)	1.579.656,79	2.748.322,86
Custos Oficina Ortopédica Itinerante	-	93.659,73
Projeto ônibus (Qualisus)	-	2.242.206,53
Custos totais	7.471.837,00	11.065.562,14
Ativ. De Habilit. Reab. e Read./Custos totais X 100	63,1%	42,2%
Custos dos Produtos de Fabricação Própria/Custos totais X 100	13,5%	5,3%
Custo das Mercadorias Vendidas/Custos totais X 100	2,3%	6,5%

Custos dos Serviços Prestados (Centro de Diagnósticos)/Custos totais X 100	21,1%	24,8%
Custos Oficina Ortopédica Itinerante/Custos totais X 100	-	0,9%
Projeto ônibus (Qualisus) /Custos totais X 100	-	20,3%
TOTAL	100%	100%

Fonte: Pesquisa direta

Conclui – se, numa visão geral, que a DRP nos dois exercícios apresentou superávit, e como se verifica no relatório financeiro, que estar de acordo com os saldos da DFC, o saldo de caixa de 2015 foi negativo, pois teve uma saída de caixa superior as entradas em R\$ 134.714,28. Já em 2016 o saldo de caixa foi positivo, as receitas superaram as despesas. Assim, pode-se afirmar que a situação econômico-financeira é favorável já que a entidade tem um crescimento de suas receitas e mesmo com o crescimento da demanda de atendimento consegue pagar suas dívidas.

No decorrer da pesquisa, verificou-se que a DRP 2015 publicada no site do CEIR era divergente da publica em 2016, assim, em nota explicativa foram evidenciados os ajustes que ocorreram na DRP 2015. Foi feito um lançamento no ativo na conta outros créditos, no valor de R\$ 246.959,09, referente à restituição de pagamento para adesão REFIS, informação obtida pela entidade apenas em 2016. Logo, em contrapartida houve uma diminuição no mesmo valor nas despesas operacionais, na conta pessoal e encargos.

Outro ajuste foi na conta fornecedores de bens e serviços, passivo circulante, referente a despesas com obtenção de serviços de terceiros, no valor de R\$ 12.828,85, em contrapartida a conta despesas administrativas, assim, teve seu saldo diminuído. Já na DFC, não apresentou diferença de saldos finais, já que o superávit apresentado nas DRP, uma publicada em 2015 e outra em 2016, apresenta uma diferença R\$ 1.120.365,88, esse valor condiz com as diferenças de saldos apresentadas nas contas outros créditos, fornecedores de bens e serviços e PROSUS, assim, não apresentou efeito na conta caixa. Desta forma, os valores utilizados na pesquisa já estão atualizados de acordo com os ajustes no Balanço Patrimonial, DRP e DFC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar as demonstrações contábeis da Associação Reabilitar verificando a situação econômico-financeira da entidade, assim dentro desse contexto foi verificado que a Organização Social tem como principal fonte de receita o repasse do Governo do Estado do Piauí através de contrato de gestão.

Também foi abordado o conceito de situação econômico-financeira e processo de transformação de dados contábeis em informações uteis a tomada de decisão. Assim, ficou claro a importância da contabilidade como um instrumento de controle da situação econômico-financeira.

Verificou – se que a entidade possui uma situação econômico-financeira favorável, pois consegue realizar suas atividades com os recursos adquiridos, alcançando o número de atendimentos orçado. Porém, deve ter mais atenção no aumento dos custos que foram bem significativa entre os anos de 2015 e 2016, outro cuidado é atingir as metas propostas pelos órgãos repassadores de recursos, pois para continuar recebendo e utilizar os recursos é necessário ter suas metas atingidas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO REABILITAR. Relatório de gestão 2016. Disponível em: < <http://www.ceir.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2016.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2017

BRASIL. Lei nº 10. 406, de 10 de janeiro de 2002. Novo Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma gerencial e legitimação do estado social. Rev. Adm. Pública [online]. 2017, vol.51, n.1, pp.147-156. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n1/0034-7612-rap-51-01-00147.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TG 07 (R2) – Subvenção e assistência governamentais. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2012.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017.

CUNHA, José Humberto da Cruz. MATIAS-PEREIRA, José. Captação de recursos no terceiro setor: fatores estratégicos para divulgação de informações. Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, UFSC, v. 9, n.18, p. 83-102, jul./dez., 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2012v9n18p83/23473>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

DUARTE, Eulálio Pereira. O terceiro setor como instrumento de cooperação entre o Estado e a Sociedade Civil. Revista de Direito do Terceiro Setor, Belo Horizonte, ano 8, n.15, p.89-110, jan/jun.2014. Disponível em: <bidforum.com.br/bidbiblioteca_periodico_pdf.aspx?i=155393&p=13>. Acesso em: 18 jan. 2018.

FERRARI, Ed Luiz. Análise das demonstrações contábeis. Niterói, RJ: Impetus, 2014.

FRANÇA, José Antonio de [coord.]; ANDRADE, Álvaro Pereira de [et al]. Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Brasília: CFC : FBC : Profis, 2015. 223 p. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf> . Acesso em: 01 ago. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010 - Rio de Janeiro : IBGE, 2012. Disponível

em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf> . Acesso em: 20 nov. 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços. 10 ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

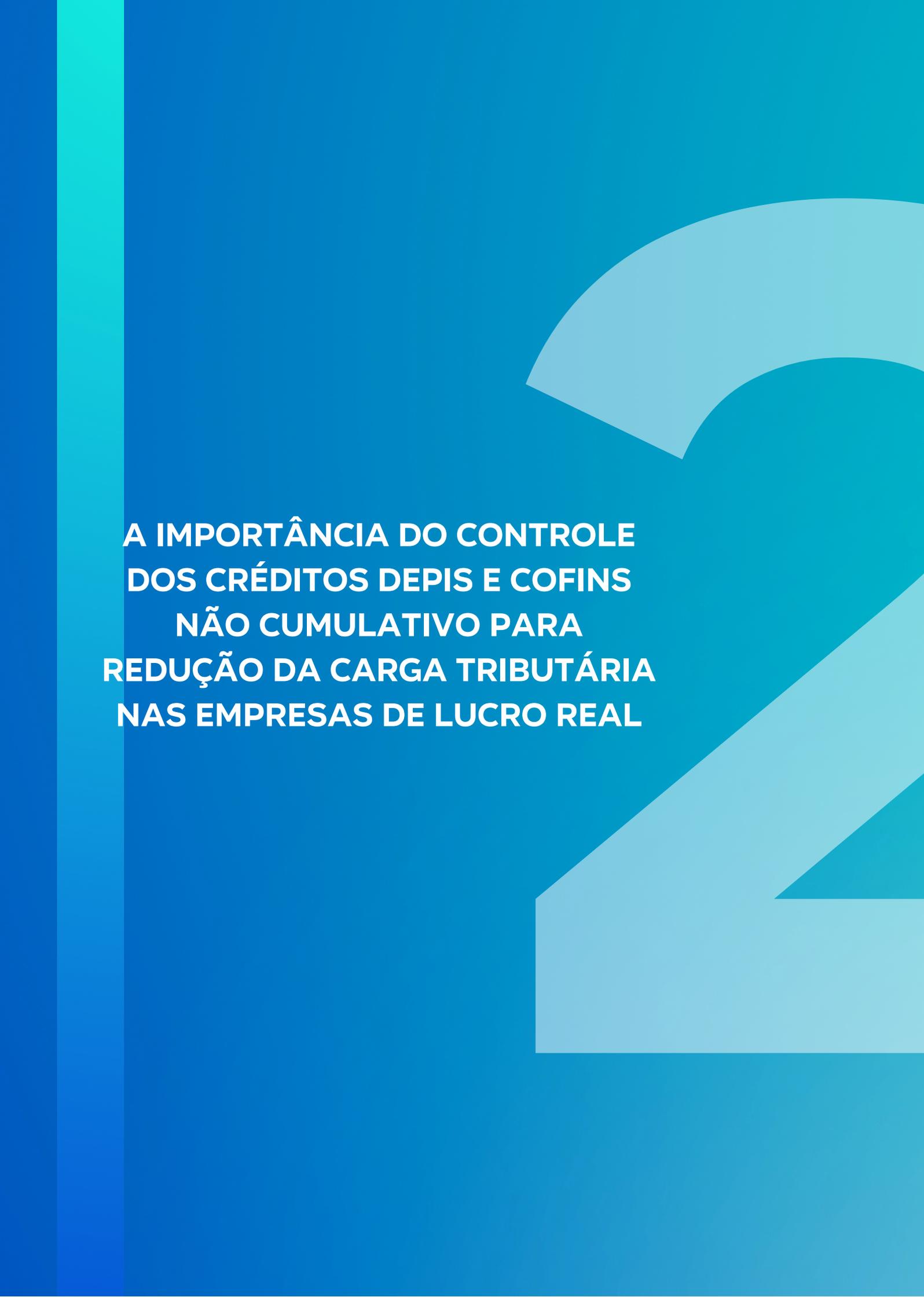
MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 7º ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços: abordagem gerencial. 7º ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, Marcelo José das Neves. As Organizações sociais na jurisdição constitucional – ADI nº 1.923. Revista Brasileira de Direito Público, Belo Horizonte, ano 13, n.49, p.27-39, abr/jun 2015. Disponível em: <bidforum.com.br/bidBiblioteca_periodico_pdf.aspx?i=236.161&p=6>. Acesso em: 18 jan. 2018.

PESSOA, Robertonio Santos. Marcos Regulatórios do terceiro setor – avanços, retrocessos e contradições. Revista Brasileira de Direito Público, Belo Horizonte, ano 15, n.57, p.131-143, abr/jun 2017. Disponível em: <bidforum.com.br/bidbiblioteca_periodico_pdf.aspx?i=247779&p=6>. Acesso em: 18 jan. 2018

SILVA, José Pereira da. Análise Financeira das Empresas. – 12.ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

The background is a solid blue color with a vertical gradient bar on the left side. On the right side, there are several overlapping, semi-transparent light blue geometric shapes, including a large arc at the top and a large, irregular shape below it.

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE
DOS CRÉDITOS DE PIS E COFINS
NÃO CUMULATIVO PARA
REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA
NAS EMPRESAS DE LUCRO REAL**

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DOS CRÉDITOS DE PIS E COFINS NÃO CUMULATIVO PARA REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NAS EMPRESAS DE LUCRO REAL

Janaína Ferreira Campos da Silva 1
Maria das Dores Lima Carneiro 2
Márcio Alberto Balduchi 3

RESUMO

As empresas do Lucro Real apuram as contribuições de PIS e COFINS pela sistemática da não cumulatividade que é aquela em que o contribuinte tem o direito de descontar do valor devido os créditos apurados sobre determinados bens, insumos, custos e despesas. A empresa estudada é uma indústria de panificação tributada à alíquota zero do PIS e COFINS nas suas vendas, ficando mensalmente com saldo credor destes tributos, apurados sobre o valor de alguns insumos no processo produtivo, porém não os utilizando para compensação de demais tributos administrados pela Receita Federal. Este trabalho tem como objetivo realizar o controle dos créditos no ano calendário de 2017 e demonstra-lo por fim o quanto acarretaria a redução dos desembolsos financeiros para a empresa, caso tivesse sido compensado conforme dispõe a legislação.

Palavras-chave: PIS, COFINS, créditos, Controle.

ABSTRACT

The Real Profit companies calculate the PIS and COFINS contributions for the non-cumulative system, which is the one in which the taxpayer has the right to deduct from the amount due credits calculated on certain goods, inputs, costs and expenses. The company studied is a bakery industry taxed at the zero rate of PIS and COFINS in its sales, with monthly balance of these taxes, calculated on the value of some inputs in the production process, but not using them to offset other taxes administered by the company IRS. The purpose of this paper is to carry out the control of credits in the calendar year of 2017 and finally demonstrate how much would reduce the financial disbursements to the company, had it been compensated according to the legislation.

Keywords: PIS, COFINS, credits, Control.

1 Pós Graduanda em Planejamento Tributário na Faculdade Metropolitana da Grande Recife

2 Pós Graduanda em Planejamento Tributário na Faculdade Metropolitana da Grande Recife

3 Pós Graduado em Direito Tributário e orientador de Pós Graduação

1 INTRODUÇÃO

O controle dos créditos e débitos de PIS e COFINS, em empresas tributadas pelo Lucro Real, é regido pela sistemática da não cumulatividade, que consiste em deduzir dos débitos apurados de cada contribuição, os respectivos créditos admitidos pelas leis que regem os tributos. A empresa estudada é uma indústria de panificação tributada à alíquota zero do PIS e COFINS nas suas vendas, ficando mensalmente com saldo credor destes tributos sobre suas aquisições de insumos e despesas.

Este saldo credor quando contabilizado poderá ser compensado com os demais tributos federais devidos pela organização, segundo o art. 74 da Lei 9.430/96 que diz que o sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.

Diante disso, surge a necessidade de analisar os créditos de PIS e COFINS que a empresa possui e não vem utilizando para reduzir sua carga tributária, desta forma, o artigo delimita-se ao estudo dos créditos de PIS e COFINS apurados mensalmente pela empresa no ano calendário de 2017, tendo o objetivo central a apuração do crédito destes tributos e a evidenciação da redução da carga tributária através de planilhas comparativas.

A escolha do tema deveu-se por ser um assunto relevante na classe contábil que busca esclarecer para os contribuintes do lucro real sobre os benefícios da utilização dos saldos credores disponíveis de PIS e COFINS. Espera-se que os resultados alcançados e aqui apresentados possam colaborar no entendimento da importância do controle dos créditos e débitos como base para a redução na carga tributária.

2Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

b) a receita ou o faturamento;

As contribuições para PIS/PASEP e COFINS possuem regras bastante similares, variando conforme seus contribuintes, que é definido na legislação como sendo a pessoa jurídica que auferir receita dentro do período de apuração, podendo ter sua tributação no modelo cumulativo, onde não se apropria crédito sobre suas entradas e insumos, bem como as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real que farão sua apuração pelo regime não cumulativo, podendo ter como aproveitamento de créditos conforme determina a legislação específica de cada tributo.

Neste trabalho exploraremos o regime não cumulativo.

O regime de incidência não cumulativa para o PIS foi instituído pela Lei 10.637/02 e para o COFINS pela Lei 10.833/03 tendo suas legislações sendo muito similares em seus artigos e parágrafos, tendo como diferenças somente as alíquotas. Desde então, todas as empresas que estão no lucro real, foram obrigadas a sair do regime cumulativo e entrar no regime não cumulativo. O professor José Eduardo de Melo, comenta:

“A não-cumulatividade significa um sistema operacional que objetiva minimizar a carga tributária incidente sobre as operações realizadas com produtos, mercadorias e serviços, tendo por finalidade diminuir o preço que repercute na diminuição do custo de vida, possibilitando a geração de emprego, realização de investimentos empresariais e outras medidas benéficas ao desenvolvimento econômico. (MELO p. 51-52.)

2.1 Apurações do PIS E COFINS não cumulativo

Por serem legislações muito semelhantes, vamos desenvolver este trabalho em cima da Lei 10.833/03 que trata da COFINS, mas sendo ela extensiva ao PIS, diferenciando-se tão somente as alíquotas.

A base de cálculo para incidência destas contribuições é o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, conforme definido no § 2º do artigo 1º da Lei 10.833/03, excluindo-se os valores de vendas canceladas, descontos incondicionais concedidos, as receitas não alcançadas pela incidência das contribuições ou isentas, ou sujeitas à alíquota zero, ou as receitas auferidas pela pessoa jurídica revendedora, nas quais as contribuições já foram exigidas pela empresa vendedora, na condição de substituta tributária e as receitas decorrentes da venda de bens do ativo não circulante.

As alíquotas destas contribuições são especificadas nos artigos 2º das referidas leis que as instituíram, então vejamos:

Art. 2º Para determinação do valor da contribuição para o PIS/Pasep aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento). (Lei 10.637/02)

Art. 2º Para determinação do valor da COFINS aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento). (Lei 10.833/03)

Oliveira (2009) aponta que esse regime, apesar de ter uma alíquota maior de 9,25% para as duas contribuições, foi criado com a finalidade de reduzir a carga tributária das empresas que utilizam insumos e matéria-prima, ou seja, ele permite que certas entradas gerassem créditos que são abatidos no valor final a ser recolhido de PIS e COFINS.

2.1.1 Créditos de PIS e COFINS

A sistemática não cumulativa das contribuições possibilita ao contribuinte o direito de descontar créditos em relação às aquisições efetuadas nomês sobre determinados bens, insumos, custos e despesas necessárias à atividade da empresa. A Lei 10.833/03 traz em seu artigo 3º quais são as operações que possibilitam o aproveitamento de crédito nas apurações das pessoas jurídicas.

Art. 3o Do valor apurado na forma do art. 2o a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

I - bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos:

a) no inciso III do § 3o do art. 1o desta Lei;

b) nos §§ 1o e 1o-A do art. 2o desta Lei;

As exceções das alíneas a e b tratam das mercadorias adquiridas de terceiros na condição de substituição tributaria e alíquotas diferenciadas. A alínea b é mais especifica em relação ao produto, deixando expresso na legislação que o contribuinte não poderá obter crédito na compra de gasolina, produtos farmacêuticos, perfumaria e higiene pessoal, máquinas e veículos, autopeças, pneus, querosene de avião e álcool mesmo com fins carburantes.

II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art.2o da Lei no 10.485, de 3 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da TIPI;

Este inciso traz muitas controvérsias quanto à possibilidade de empresas aproveitarem créditos relacionados a insumos, pois em muitos casos a Receita Federal tem uma interpretação da legislação que se torna prejudicial ao contribuinte, vejamos a seguir algumas soluções de consulta encontradas no site da Receita, onde demonstram tais entendimentos.

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 11, DE 27 DE SETEMBRO DE 2007.

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins EMENTA: Cofins - Apuração não-cumulativa. Créditos de despesas com fretes. Por não integrar o conceito de insumo utilizado na produção e nem ser considerada operação de venda, os valores das despesas efetuadas com fretes contratados, ainda, que pagos ou creditados a pessoas jurídicas domiciliadas no país para realização de transferências de mercadorias (produtos acabados) dos estabelecimentos industriais para os estabelecimentos distribuidores da mesma pessoa jurídica, não geram direito a créditos a serem descontados da Cofins devida. Somente os valores das despesas realizadas com fretes contratados para a entrega de mercadorias diretamente aos clientes adquirentes, desde que o ônus tenha sido suportado pela pessoa jurídica vendedora, é que geram direito a créditos a serem descontados da Cofins devida. DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 3º e 93, I.

considerados gastos relativos a atividade fim do contribuinte, pois determinadas empresas não possuem espaço suficiente em suas industriais para armazenamento e venda, bem como podem escoar suas produções para outros Municípios ou Estados para facilitar a comercialização. Podemos citar como exemplo empresas da região nordeste que produzem e comercializam seus produtos no sudeste do país.

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 99099, DE 17 DE AGOSTO DE 2017.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA OPIS/PASEP EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. INSUMOS. MATERIAL PARA CONFECÇÃO DE EMBALAGEM DE TRANSPORTE. INADMISSIBILIDADE

É vedada a apropriação de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep nos termos do inciso II do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, em relação aos dispêndios com a aquisição de materiais (pregos, madeiras, etc) utilizados na confecção de embalagem de transporte do bem produzido pela pessoa jurídica e destinado à venda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002; art. 15 da Lei nº 10.833, de 2003; art. 66 da Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002

Neste exemplo fica muito bem caracterizado que o custo vinculado a confecção de embalagens para o transporte será absorvido pelo produto, mas mesmo assim a Receita Federal, entende que não é passível de aproveitamento de crédito de PIS e COFINS.

III - energia elétrica e energia térmica, inclusive sob a forma de vapor, consumidas nos estabelecimentos da pessoa jurídica;

Neste inciso percebe-se que a Receita Federal é mais abrangente no tocante a apropriação de crédito, pois não restringe seu aproveitamento a energia consumida na indústria ou no processo produtivo, mas sim, em todo o estabelecimento da empresa, mesmo sendo da área administrativa, desta forma, a empresa pode aproveitar o crédito de energia elétrica totalmente paga/consumida no mês.

IV – aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;

V - valor das contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;

Em relação às alíneas IV e V destaque-se que a legislação impôs apenas duas restrições à possibilidade de aproveitamento de créditos relativos às despesas de aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos: que os alugueis seja contratado de pessoas jurídicas e que sejam utilizados nas atividades empresariais direta ou indiretamente. O arrendamento mercantil a que se refere o texto é o arrendamento operacional que possui características semelhantes ao aluguel, bem como a parcela do arrendamento financeiro que não é incorporado ao imobilizado.

VI - máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços.

VII - edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros, quando o custo, inclusive de mão-de-obra, tenha sido suportado pela locatária;

XI - bens incorporados ao ativo intangível, adquiridos para utilização na produção de bens destinados a venda ou na prestação de serviços.

Nestes incisos podemos observar que o crédito deve ser apropriado em virtude da parcela de depreciação, amortização ou exaustão ocorrida no período de apuração, conforme especifica o inciso III do parágrafo 1º do artigo 2º da lei em comento.

§ 1o Observado o disposto no § 15 deste artigo, o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no caput do art. 2o desta Lei sobre o valor:

III - dos encargos de depreciação e amortização dos bens mencionados nos incisos VI, VII e XI do caput, incorridos no mês;

Segundo a solução de consulta nº 140 – Cosit os dispêndios com aquisição de softwares utilizados para planejamento e programação da produção e para desenvolvimento de produtos que, de acordo com as normas contábeis aplicáveis, sejam incorporados ao ativo intangível da pessoa jurídica permitem a apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep na forma do inciso XI do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, observados todos os requisitos exigíveis.

§ 1o Observado o disposto no § 15 deste artigo, o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no caput do art. 2o desta Lei sobre o valor: III - dos encargos de depreciação e amortização dos bens mencionados nos incisos VI, VII e XI do caput, incorridos no mês;

O contribuinte precisará identificar se foram realmente recebidos a título de devolução e se a receita desses produtos foram de fato integrada ao faturamento do mês vigente ou passado como receita não-cumulativa tributada.

IX - armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos casos dos incisos I e II, quando o ônus for suportado pelo vendedor.

O valor do frete sobre as vendas, bem como as despesas relativas à armazenagem de mercadorias, pagos a pessoa jurídica, entrarão na base de cálculo do PIS e da COFINS. Contudo não são todos os gastos com armazenagem e frete que poderão fazer parte dos créditos conforme demonstra a solução de divergência cosit nº5, de 13 de junho de 2016.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
EMENTA: É vedada a apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep em relação aos dispêndios com armazenagem de mercadoria e com frete suportados pelo vendedor na operação de venda de produtos sujeitos à cobrança concentrada ou monofásica das contribuições, inclusive gasolinas e suas correntes, exceto gasolina

de aviação; óleo diesel e suas correntes; querosene de aviação; gás liquefeito de petróleo - GLP derivado de petróleo e gás natural.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, art. 3º, inciso IX e art. 15, inciso II.

X - vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados por pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção. (Incluído pela Lei nº 11.898, de 2009).

As despesas com vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados por pessoa jurídica só poderão ser apropriados pelas empresas prestadoras de serviço de limpeza, conservação e manutenção. As demais não terão direito ao crédito mesmo que a empresa tenha essas despesas com seus funcionários. Vejamos o que diz a Solução de Consulta COSIT 219 de 2014.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. VALE-ALIMENTAÇÃO OU VALE-REFEIÇÃO. VALE-TRANSPORTE.UNIFORMES. Parafins de cálculo dos créditos de que trata o inciso X do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, são considerados os dispêndios com vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme relativos à mão-de-obra empregada nas atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção, não cabendo a apuração de créditos decorrentes destes dispêndios em relação a outras atividades exercidas pela pessoa jurídica. O direito ao crédito em referência não depende de a pessoa jurídica desenvolver, concomitantemente, as três atividades relacionadas naquele inciso.

3 ANÁLISE E RESULTADOS

A empresa estudada é uma indústria de panificação de pequeno porte tributada pelo lucro real e utiliza asistematicamente do PIS e COFINS não cumulativo. A tributação do PIS e COFINS incidente em seu faturamento é reduzida a zero conforme determina o art.1, alínea XVI da Lei nº10.925 de 23 de julho de 2004 onde menciona que a pré-mistura própria para fabricação de pão comum e pão comum classificados, respectivamente, nos códigos 1901.20.00 Ex 01 e 1905.90.90 Ex 01 sofrerão tal redução. Destaca-se que o produto vendido pela empresa é o classificado no NCM 1905.90.90 com a descrição de pão comum.

Art. 1o Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de:

XVI - pré-misturas próprias para fabricação de pão comum e pão comum classificados, respectivamente, nos códigos 1901.20.00 Ex 01 e 1905.90.90 Ex 01 da Tipi.

Por se tratar de uma atividade econômica onde não há débitos com PIS e COFINS sobre o faturamento, a empresa por realizar a apuração destes tributos no regime não cumulativo, apropriar-se de créditos sobre aquisições de insumos, custos e despesas sofrendo um acúmulo mensal destes

créditos, porém não está realizando esse controle e por conseguinte a compensação, conforme possibilita a legislação.

As análises e os dados foram extraídos de informações cedidas pela empresa através de documentos fiscais e demonstrações contábeis. O levantamento se refere ao período compreendido entre o dia 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e para que se atinja o objetivo proposto, torna-se necessário examinar os débitos e créditos de PIS e de COFINS nesse período.

Os livros e documentos necessários são os seguintes: a) Livro diário; b) Livro Razão; c) Livro Registro de Entradas; d) Livro Registro de Saídas; e) Declarações Apresentadas pela Empresa EFDC contribuições; f) Documentos Comprobatórios da Escrituração Contábil e Fiscal (notas fiscais, recibos, comprovantes de despesas, dentre outros).

Os faturamentos auferidos de janeiro a dezembro de 2017 pela empresa são todos referentes à venda de pão comum. Os valores demonstrados na tabela 1 estão de acordo com o que foi informado para a fazenda estadual em seu livro de registro de saída como também consta na demonstração de resultado de sua contabilidade.

TABELA 1 – DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS

DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS			
Mês	Receita	PIS	COFINS
Janeiro	166.919,23	0,00	0,00
Fevereiro	192.757,82	0,00	0,00
Março	221.614,95	0,00	0,00
Abril	188.100,82	0,00	0,00
Maiο	208.209,71	0,00	0,00
Junho	223.080,74	0,00	0,00
Julho	219.795,94	0,00	0,00
Agosto	265.629,09	0,00	0,00
Setembro	255.366,41	0,00	0,00
Outubro	243.718,41	0,00	0,00
Novembro	240.122,01	0,00	0,00
Dezembro	244.785,22	0,00	0,00
Total	2.670.100,35	0,00	0,00

Fonte: Elaborada pelos autores

3.1 BENS E INSUMOS

As apurações dos créditos de PIS e COFINS são feitos mensalmente de acordo com as aquisições, custos e despesas que possuem o direito ao crédito. É de responsabilidade do contribuinte a manutenção dos créditos devendo observar que as aquisições de mercadorias para revenda, que forem sujeitas a Incidência Monofásica, Alíquota Zero ou Substituição Tributárias não poderão se creditar do PIS e COFINS.

As aquisições de mercadorias para a fabricação dos pães são consideradas insumos, contudo não será possível o aproveitamento dos créditos de todos os materiais envolvidos na produção do produto, pois tem mercadorias que não gera crédito conforme a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) dos itens. Desta forma se faz necessário uma separação por itens dos insumos para não se apropriar de créditos indevidos.

TABELA 2 – RELAÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS

RELAÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS		
PRODUTO	NCM	Aproveita Credito
Soro de Leite em pc. Desmineralizado	0404-1000	NÃO
Farinha de trigo	1101-0010	NÃO
Amido milho adram 25kg	1108-1200	SIM
Gluten vital de trigo 75% - suplem. Pro	1109-0000	SIM
Oleo soja refin soya 20x900ml pet	1507-9011	SIM
Gordura palma frit/pastosa 370f bd15kg	1511-9000	SIM
Desmoldante 5lt fleischmann	1517-9090	SIM
Açúcar	1701-9900	NÃO
Megapast 40 x 100g.peso liquido 4 kg.	1702-3019	SIM
Maltodextrina Star-Dri 100 - 25 kg	1702-9000	SIM
Unipast tradicional 40X100GR	1901-2000	NÃO
Anti-mofo liquido 5 l	1901-9090	SIM
Ferm instantaneo md 500g fleisch	2102-1090	SIM
Sal pop refinado 30x1kg	2501-0020	SIM
Acido ascorbicovitamina c	2936-2710	SIM
Spring gox (15kg) - glucose oxidase	3507-9049	SIM

Fonte: Elaborada pelos autores

Com as informações obtidas através dos balancetes de verificação mensal foi possível se fazer uma separação de algumas despesas como: material de embalagem, manutenção de maquinário, combustível, energia elétrica e depreciação de imobilizado. Dentre essas despesas ainda foi necessário fazer uma ramificação do combustível e da depreciação do imobilizado, pois como a empresa realiza a entrega dos produtos, os custos relacionados às entregas serão desconsiderados da base de cálculo das Contribuições. O valor mensal de matéria-prima utilizado na tabela abaixo corresponde aos NCM: 1108-1200,1109-0000,1507-9011,1511-9000,1517-9090,1702-3019,1702-9000,1901-9090,2102-1090,2501-0020,2936-2710 e 3507-9049.

TABELA 3 – CUSTOS E DESPESAS COM APROVEITAMENTO DE CRÉDITO

CUSTOS E DESPESAS COM APROVEITAMENTO DE CRÉDITO						
Aquisições de insumos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Combustível	5.699,15	5.700,05	5.191,07	5.001,70	6.434,67	6.290,97
Depreciação de Imobilizado	5.795,88	5.795,88	5.795,88	5.795,88	5.795,88	5.795,88
Energia elétrica	4.160,70	4.257,94	3.943,03	4.568,89	4.121,45	5.871,68
Manutenção de Maq/Equip	-	-	1.500,00	1.934,49	-	10.500,00

Material de Embalagem	-	5.274,68	2.572,07	-	8.531,75	-
Matéria Prima	7.500,23	8.050,58	7.000,68	8.200,75	8.123,16	9.478,50
Total da Base de Créditos	23.155,96	29.079,13	26.002,73	25.501,71	33.006,91	37.937,03
PIS 1,65%	382,07	479,81	429,05	420,78	544,61	625,96
COFINS 7,6%	1.759,85	2.210,01	1.976,21	1.938,13	2.508,53	2.883,21

Fonte: Elaborada pelos autores

CUSTOS E DESPESAS COM APROVEITAMENTO DE CRÉDITO						
Aquisições de insumos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Combustível	6.127,21	6.608,69	6.645,71	11.733,03	7.558,47	7.917,52
Depreciação de Imobilizado	5.795,88	5.795,88	5.795,88	5.795,88	5.795,88	5.795,88
Energia elétrica	5.508,73	5.501,88	5.594,16	6.084,12	6.116,79	5.590,27
Manutenção de Maq/Equip	-	6.400,00	3.940,00	980,00	-	10.180,00
Material de Embalagem	3.080,00	3.080,00	4.716,80	-	8.763,15	-
Matéria Prima	7.890,72	7.990,07	8.872,12	10.128,05	9.015,83	6.873,35
Total da Base de Créditos	28.402,54	35.376,52	35.564,67	34.721,08	37.250,12	36.357,02
PIS 1,65%	468,64	583,71	586,82	572,90	614,63	599,89
COFINS 7,6%	2.158,59	2.688,62	2.702,91	2.638,80	2.831,01	2.763,13

Fonte: Elaborada pelos autores

TABELA 4 – TOTAL ANUAL DAS DESPESAS E INSUMOS

CUSTOS E DESPESAS COM APROVEITAMENTO DE CRÉDITO	
Aquisições de Insumos	Custos e Despesas no Ano de 2017
Combustível	80.908,24
Depreciação de Imobilizado	69.550,56
Energia elétrica	61.319,64
Manutenção de Maq / Equip	35.434,49
Material de Embalagem	36.018,45
Matéria Prima	99.124,04
Total da Base de Créditos	382.355,42
PIS 1,65%	6.308,86
COFINS 7,6%	29.059,01
Total dos créditos PIS COFINS	35.367,88

Fonte: Elaborada pelos autores

De acordo com a tabela 4 podemos observar que a empresa possui em média R\$ 2.947,32 por mês de crédito de PIS e COFINS, os quais podem ser utilizados para compensação com demais débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal, conforme dispõe a legislação vigente. Ocorre que, a empresa não vem utilizando tais créditos e tão pouco contabilizando-os, acarretando assim, prejuízo financeiro.

Após essa análise, verificamos através dos balancetes disponibilizados pela empresa os dispêndios ocorridos nos quatro trimestres de 2017 com débitos de tributos administrados pela Receita Federal que poderiam ser compensados com os créditos de PIS e COFINS caso a empresa estivesse fazendo o controle desses créditos. A tabela 5 faz um comparativo dos tributos pagos com os créditos apurados em cada trimestre.

TABELA 5 – COMPARATIVO DE PAGAMENTOS

TRIBUTOS PAGOS X CRÉDITOS COM PIS E COFINS					
	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	TOTAL
Tributo Devido	7.114,00	6.655,52	16.141,95	13.265,41	43.176,88
Crédito de PIS e COFINS	7.237,00	8.921,22	9.189,30	10.020,36	35.367,88
Saldo anterior dos Créditos		123,00	2.388,70		-
Saldo Credor	123,00	2.388,70			-
Saldo a Recolher	-	-	4.563,95	3.245,05	7.809,00

Fonte: Elaborada pelos autores

De acordo com o demonstrativo foi possível identificar que dos R\$43.176,88 pagos no ano de 2017 referentes aos tributos devidos pela empresa poderia ter sido reduzido para R\$ 7.809,00 acarretando uma redução aproximada de 81,91% dos seus custos com tributos.

Com a realização do controle dos créditos de PIS e Confins a empresa poderá realizar os procedimentos de ressarcimento e compensação dos tributos conforme determina a Instrução Normativa RFB nº 1717, de 17 de julho de 2017 em seu artigo 56 que diz que o contribuinte poderá fazer o pedido de ressarcimento e a declaração de compensação através da utilização do programa PER/DCOMP ou, na impossibilidade de sua utilização, mediante o formulário Pedido de Restituição ou de Ressarcimento, constante do Anexo I desta legislação, ou mediante o formulário Declaração de Compensação, constante do Anexo IV.

Vale ressaltar que cada pedido de ressarcimento deverá referir-se a um único trimestre-calendário e a declaração de compensação deverá ser precedida do pedido de ressarcimento. Ou seja, os créditos apurados não serão compensados mensalmente e sim no trimestre.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Controle dos créditos e débitos de PIS e COFINS regidos pela sistemática da não cumulatividade em empresas tributadas pelo Lucro Real, torna-se de fundamental importância para a redução da carga tributária quando utilizado de forma correta. Com os resultados alcançados com esse estudo foi possível identificar os benefícios fiscais que uma organização pode adquirir quando se utiliza de base legal nos seus lançamentos contábeis referentes aos tributos incidentes em sua atividade econômica.

De acordo com o levantamento realizado foi verificado que a empresa não ter débitos com PIS e COFINS não vinha realizando o controle dos créditos das respectivas contribuições em sua contabilidade e tão pouco usufruindo dos benefícios que tem por direito da utilização dos créditos através de compensação, ficando mensalmente com saldo credor referente às aquisições de bens e insumos que possuem direito ao crédito.

No entanto o contribuinte não terá prejuízo em relação a esses saldos, pois a legislação permite que o contribuinte possa compensar os seus créditos contabilizados dos últimos cinco

anos, portanto a empresa estudada poderá compensar os tributos devidos que sejam administrado pela Secretaria da Receita Federal através do programa PER/DCOMP – Pedido eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação, que poderá ser transmitida via internet.

Tal crédito levantado neste trabalho, monta no valor relativo ao ano de 2017 de R\$ 35.367,88, onde poderia ser compensado com demais tributos administrados pela Receita Federal, acarretando desta forma, uma redução de aproximadamente 81,91% em seu desembolso financeiro.

Neste sentido, recomendamos que a empresa utilize tal critério de mensuração e contabilização dos créditos do PIS e da COFINS, não só para o ano de 2017 mas também para os anos anteriores (limitado a retrocesso a 5 anos) acarretando assim, uma economia financeira, bem como que utilize este critério para os meses e anos posteriores a este trabalho.

REFERÊNCIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>

Acesso em: 17/03/2018.

Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19430.htm >

Acesso em 17/03/2018.

Lei n. 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2002/L10637.htm>

Acesso em 17/03/2018.

Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.833.htm>

Acesso em: 17/03/2018.

Lei n. 10.925, de 23 de julho de 2004.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.925.htm>

Acesso em 17/03/2018.

MELO, José Eduardo Soares de. LIPPO, Luiz Francisco. **A não- cumulatividade tributária.** 2a ed. São Paulo: Dialética, 2004.

MELLO, Karen. **Controle Dos Créditos E Débitos De PIS E COFINS Empresas Tributadas Pelo Lucro Real.** Rio Grande de Sul: FSG, 2014.26p. Disponível em:

<<http://ojs.fsg.br/index.php/anaiscontabeis/article/view/1459>

Acesso em 17/03/2018>.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Solução de Divergência COSIT nº 11,** de 27 de setembro de 2007.

Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=77411&visao=anotado>>

Acesso em: 17/03/2018.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Solução de Consulta COSIT nº219,** de 06 de agosto de 2014. Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=55338&visao=anotado>>

Acesso em: 17/03/2018.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Solução de Divergência COSIT nº 05**, de 13 de junho de 2016. Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=74917&visao=anotado>>
Acesso em: 17/03/2018.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Solução de Consulta COSIT nº 99099**, de 17 de agosto de 2017.

Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=85694&visao=anotado>>

Acesso em: 17/03/2018.

17 de agosto de 2017. Disponível em:

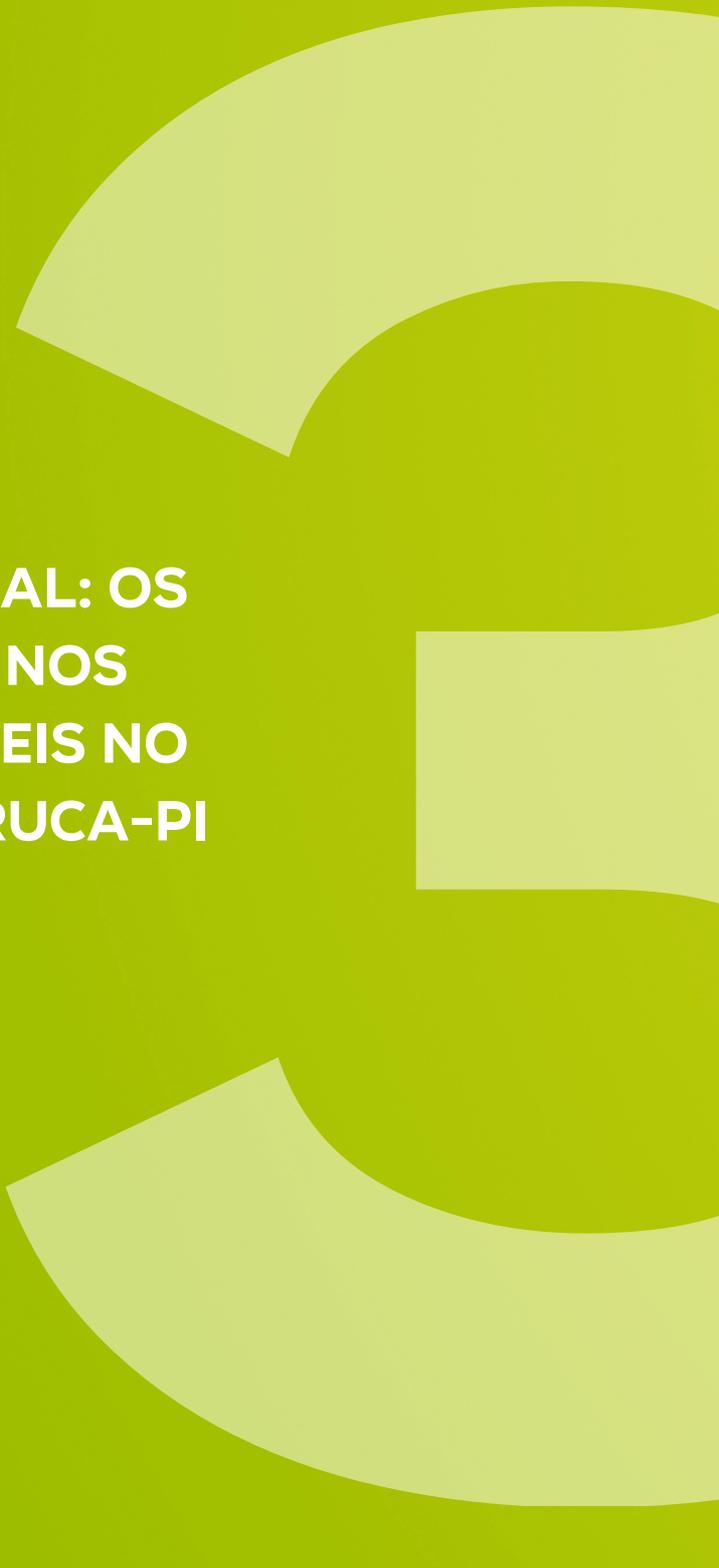
<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=85694&visao=anotado>>
> Acesso em: 17/03/2018.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Solução de Consulta COSIT nº140**, de 17 de fevereiro de 2017. Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=81449&visao=anotado>>
Acesso em: 17/03/2018.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução normativa RFB nº 1717**, de 17 de julho de 2017. Disponível em:

<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=84503&visao=anotado>>
Acesso em: 17/03/2018.

A large, stylized number '3' is positioned on the right side of the page. It is composed of several overlapping, semi-transparent shapes in various shades of green, creating a layered, modern look. The top part of the '3' is a wide, shallow curve, the middle is a narrower, deeper curve, and the bottom is a wide, shallow curve that mirrors the top. The overall effect is a sense of depth and movement.

**CONTABILIDADE DIGITAL: OS
IMPACTOS DO SPED NOS
ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS NO
MUNICÍPIO DE PIRACURUCA-PI**

CONTABILIDADE DIGITAL: OS IMPACTOS DO SPED NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS NO MUNICÍPIO DE PIRACURUCA-PI

Veronice Gomes Sampaio 1

Lidiane da Costa Reis Lima 2

RESUMO

A contabilidade passou a ser vista como algo necessário nas empresas, pois, facilita no desenvolvimento e proporciona uma visão futura de continuidade e estabilidade no mercado. Por meio dos progressos tecnológicos surgiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que traz a modernização nos sistemas para que sejam cumpridas as obrigações acessórias, que serão transmitidas pelos contribuintes para os órgãos fiscalizadores. Diante do novo cenário digital e da necessidade de implantação do SPED, surge à seguinte questão: Quais os desafios enfrentados pelos profissionais contábeis para adaptação às normas do SPED no Município de Piracuruca-PI? O presente trabalho tem o objetivo de analisar as mudanças no cenário contábil decorrentes dos avanços tecnológicos e como o profissional contábil está apto a trabalhar e combater os impactos causados por esse novo sistema. Além disso, tem como objetivos específicos: descrever as mudanças ocasionadas pelo SPED; relatar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais contábeis e demonstrar os benefícios principais através da implantação do SPED. A metodologia utilizada se deu por meio de uma pesquisa de campo, embasado por pesquisas bibliográficas. Os elementos foram colhidos por meio de um questionário aplicado nos escritórios contábeis, onde foram evidenciados os resultados obtidos. Realizou-se um estudo sobre o projeto SPED com a finalidade de conhecer seus impactos, desafios e dificuldades para esse novo cenário. O estudo traz aspectos importantes sobre a evolução da contabilidade, desde o seu início até sua forma digital, onde foi possível analisar suas mudanças no decorrer dos tempos.

Palavras-Chave: SPED; Escrituração Digital e Contabilidade.

ABSTRACT

Accounting has come to be seen as something necessary in companies as it facilitates the development and provides a future vision of continuity and stability in the market. Through technological advances, the SPED (Public Digital Bookkeeping System) has emerged, bringing the modernization of the systems so that the ancillary obligations will be fulfilled, which will be transmitted by the taxpayers to the supervisory bodies. Faced with the new digital scenario and the need to implement SPED, the following question arises: What are the challenges faced by accounting professionals to adapt to the SPED standards in the Municipality of Piracuruca-PI? The objective of this study is to analyze the changes in the accounting scenario arising from technological advances and how the accounting professional is able to work and combat the impacts caused by this new system. In addition, it has specific objectives: describe the changes caused by SPED; to report the difficulties faced by accounting professionals and demonstrate the

1 Bacharela em Ciências Contábeis pela Christus Faculdade do Piauí (CHRISFAPI)

2 Professora do curso de Ciências Contábeis da Christus Faculdade do Piauí e Especialista em Controladoria e Auditoria Contábil

main benefits through the implementation of SPED.

The methodology used was based on a field research, based on bibliographical research. The elements were collected through a questionnaire applied in the accounting offices, where the results obtained were evidenced.

A study was carried out on the SPED project, in order to know its impacts, challenges and difficulties for this new scenario. The study brings important aspects about the evolution of accounting, from its inception to its digital form, where it was possible to analyze its changes over time.

Keywords: Planning; Scheme e Taxe

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade pode ser vista como um ramo que busca suprir as necessidades existentes nas empresas, através de vários processos técnicos que facilitam o desenvolvimento e proporcionam uma visão futura de continuidade e estabilidade no mercado. Para cumprir essas exigências impostas pelos órgãos fiscalizadores, os profissionais contábeis tiveram que se adequar para compreender o funcionamento do novo sistema e atender as novas tecnologias, evitando consequências posteriores para os seus clientes.

Diante do novo cenário digital e da necessidade de implementação do SPED, onde há a obrigatoriedade do envio das informações operacionais ao Fisco, surge a seguinte questão: Quais os desafios enfrentados pelos profissionais contábeis para adaptação às normas do SPED no Município de Piracuruca-PI?

O presente trabalho tem o objetivo de analisar as mudanças no cenário contábil decorrentes dos avanços tecnológicos e demonstrar como o profissional contábil está apto a trabalhar e combater os impactos causados por esse novo sistema. Além disso, tem como objetivos específicos: conceituar a Contabilidade Digital; descrever as mudanças ocasionadas pelo SPED; relatar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais contábeis e demonstrar os benefícios principais através da implantação do SPED.

Este estudo é de grande relevância social, pois tem o interesse de demonstrar os desafios e benefícios causados pela implantação do novo sistema que cerca o cenário contábil, mostrando a necessidade da adequação dos profissionais contábeis junto a atual legislação através dos processos tecnológicos que geram informações a serem apresentadas ao Fisco. Os métodos utilizados na pesquisa foram uma pesquisa bibliográfica, em artigos já publicados, pesquisas na internet e para alcançar os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa de campo, na qual foram entrevistados os profissionais contábeis que já são adeptos do SPED em seus escritórios contábeis do município de Piracuruca-PI.

Conforme afirma Ruiz (2008, p. 50), “A pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para anteriores análises”. Sendo assim de grande relevância para conclusão dos dados e para a análise das informações coletadas e teve o intuito de entender sobre o novo sistema de escrituração e mostrar o ponto de vista dos profissionais contábeis diante do novo cenário, onde há uma maior exigência por parte do governo e exige uma transparência por parte dos contadores em relação às informações prestadas.

2 EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

A contabilidade está presente desde o princípio da criação da humanidade, quando havia a necessidade do homem em controlar seus bens. Deste modo, para que seja possível entender a contabilidade como uma área de extrema relevância para o conhecimento humano, é importante conhecer toda a sua origem (SÁ, 2010). Aos poucos foram surgindo outras civilizações e a contabilidade foi crescendo à medida que os comércios se expandiam. A partir do nascimento de novas entidades e por conta das negociações feitas, foi preciso aperfeiçoar as formas de controle e registro, na qual, a contabilidade teve que se aprimorar para atender as necessidades existentes na entidade.

Com o passar dos anos, a contabilidade foi tomando um fluxo maior de registros por causa da evolução comercial, onde houve a precisão em contratar pessoas e que conseqüentemente deveriam ser assalariadas. Contudo, todas essas inovações, proporcionam uma praticidade no registro das informações no acesso mais rápido, em um ganho de tempo para efetivar os lançamentos contábeis, enfim, facilita de todas as maneiras tanto para as empresas quanto para os escritórios contábeis.

2.1 A Contabilidade Digital

A nova era digital promoveu uma revolução no setor contábil. Dentre todas as vantagens obtidas e mencionadas acima, também possibilita o cumprimento dos prazos que são estabelecidos pelos órgãos fiscalizadores, o que torna mais prático o trabalho dos profissionais contábeis conseguindo atender em tempo hábil as obrigações. No Brasil, a Contabilidade Digital surgiu proporcionando inúmeros benefícios. As ferramentas de uso on-line auxiliam na praticidade do trabalho a ser executado, pois ajudam a emitir de forma ágil todos os serviços e guias necessários para o desempenho e regularização das empresas.

Entretanto, a contabilidade digital serve para possibilitar uma praticidade no manuseio das informações, substituindo o excesso de papéis gerados por pastas compactadas, favorecendo no desenvolvimento do trabalho e de forma tempestiva. Porém, não substitui o papel do contador, pois, somente ele está apto e possui a competência de avaliar, solucionar e auxiliar na tomada de decisões de forma única. A tecnologia da informação proporciona softwares que auxiliam de forma oportuna na segurança dos processos contábeis, evitando falhas e conseqüentemente trazendo uma maior eficácia nas informações geradas.

Padoveze (2015, p. 29), ressalta que:

Tecnologia da Informação é todo o conjunto tecnológico à disposição das empresas para efetivar seu subsistema de informação e suas operações. Esse arsenal tecnológico está normalmente ligado à informática e à telecomunicação, bem como a todo desenvolvimento científico do processo de transmissão de dados.

Conclui-se que todos esses métodos de escrituração contábeis vêm se aperfeiçoando a fim de acatar a precisão das empresas e auxiliá-las nas tomadas de decisões. Com isso, pode-se afirmar que a contabilidade deve ser vista como um empenho e incentivo do governo para unificar as informações geradas, a fim de proporcionar uma compatibilidade no cruzamento desses

informativos e diminuir e combater as fraudes e a sonegação fiscal.

2.1.1 Certificação Digital

Pela evolução do SPED houve a necessidade de criar uma certificação digital para os contribuintes, pois através dela é possível prover uma autenticidade as informações geradas, além de ser totalmente seguro realizar as operações por meio da internet e proteger os dados de cada contribuinte, que poderá ser tanto pessoa física quanto jurídica. De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ (2009, p. 125), conceitua a Certificação Digital como:

Atividade de reconhecimento em meio eletrônico que se caracteriza pelo estabelecimento de uma relação única, exclusiva e intransferível entre uma chave de criptografia e uma pessoa física, jurídica, máquina ou aplicação. Esse reconhecimento é inserido em um certificado digital por uma autoridade certificadora.

É importante ressaltar que esse instrumento garante uma retidão nos documentos e informações, além disso, é possível a emissão mais rápida e segura. A segurança dessas transações se dá através da assinatura digital, que é por meio de criptografia, o que torna impossível serem fraudadas. É imprescindível que a pessoa jurídica tenha uma certificação digital para a transmissão do SPED, onde cria uma codificação que é necessária para validação e autoria do documento digital, tanto na escrituração fiscal quanto na contábil deve ser assinada pelo gerenciador da empresa e pelo contador.

Sendo uma obrigatoriedade, o empresário pode optar por uma procuração eletrônica, que é realizada por meio da Receita Federal. Esse processo é feito por meio eletrônico e tem como objetivo conceder ao profissional contábil a autorização de assinar pela empresa, fazendo o envio das declarações exigidas pelo fisco. Porém, é de suma importância que cada empresa tenha o seu próprio certificado digital.

2.1 O papel do Profissional Contábil

A contabilidade possui várias funções a serem executadas pelo profissional, uma delas é a de gerenciar as atividades práticas da empresa, amparando o empresário para as tomadas de decisões e principalmente ajudando nas adaptações das novas tecnologias e obrigações exigidas pelos órgãos fiscalizadores. O contador deve ser visto como algo de relevância na empresa, pois através das informações prestadas e da execução das mesmas é que a entidade terá sua continuidade no mercado. Ainda existe uma quantidade razoável de empresas que têm a astúcia a respeito da contabilidade de forma simples, onde não entendem a grande relevância de ter um profissional contábil auxiliando no negócio.

A forma como o contador trabalhava era rudimentar e poucos eram os registros efetuados referentes às operações, porém, atualmente todas as empresas, até mesmo as de pequeno porte, necessitam de um profissional para desempenhar as diversas tarefas necessárias, tudo de forma mais digital e prática, para que as informações cheguem de forma tempestiva ao fisco. Porém, com todos os processos tecnológicos e as mudanças na área contábil, o profissional passou a assumir

um grande papel para as entidades. Por possuir uma visão ampla sobre a economia e a parte financeira das empresas, colaborando com a administração e repassando informações que auxiliam no desempenho da mesma.

O uso dos novos sistemas de informação proporciona uma harmonia nas informações geradas, onde os profissionais contábeis são os principais responsáveis pela interpretação, análise e pela gestão da empresa, devendo está sempre apto a desenvolver as funções. Os softwares apenas geram os dados, mas somente o contador tem a capacidade e a responsabilidade a respeito das informações lançadas. Por esse motivo, a profissão passa a ter um valor muito maior.

A edificação social depende do desenvolvimento profissional. Na área contábil não é diferente, mas é necessário uma formação e entendimento amplo de conhecimentos, tanto das técnicas quanto dos objetivos para que possam ser alcançados resultados favoráveis às empresas (IUDÍCIBUS, 2008). Dessa forma, o contador sempre terá um papel importante e essencial para o desenvolvimento das organizações e conseqüentemente para a economia do país, pois é como um suporte para o desenvolvimento contábil, fiscal e pessoal de uma organização. Por isso, para um melhor desenvolvimento profissional, os contadores buscam a atualização das constantes modificações nas leis e nos processos de modernização do setor contábil, a fim de atender a todas as exigências impostas pelo governo.

3 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

Conforme o Portal do SPED, ele é um novo instrumento que moderniza as informações e obrigações transmitidas ao governo. Foi criado em 22 de janeiro de 2007 pela Lei de nº 6.022, foi anunciado como medidas para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na qual possuem o objetivo de reduzir as burocracias e fortalecer no desenvolvimento econômico do país. Além de aperfeiçoar e modernizar as operações contábeis, o SPED foi criado com o intuito de reduzir custos, melhorar os negócios e padronizar de forma digital os arquivos das Escriturações Contábeis, Fiscais e Sociais nas atividades empresariais, em que esses arquivos serão gerados e enviados ao fisco.

Conforme a Receita Federal, o SPED proporciona qualidade e praticidade no acesso às informações, pois o sistema passa a armazenar todos os arquivos em banco de dados, o que torna isento de emitir e armazenar os documentos em papel. Com isso, há uma redução nos custos, pois diminui o excesso de papéis utilizados, o que conseqüentemente, contribui com o meio ambiente.

Além disso, o SPED traz de forma simplificada as obrigações acessórias, o que fortalece a fiscalização e o controle por meio do cruzamento dessas informações e dados contábeis e fiscais, reduzindo as práticas fraudulentas e melhorando o combate à sonegação. Em meio a todos os benefícios apresentados acima, o SPED possui alguns desafios a serem encontrados como: concretização de alguns dados padrões em diferentes plataformas ou sistemas; ausência de alguns dados cadastrais; precisão nas transações realizadas, entre outros.

Os objetivos principais do SPED é proporcionar eficiência e eficácia nas informações concedidas por meio da padronização e integração nos diversos departamentos e atendendo as necessidades de seus contribuintes, diminuindo as demais existentes e unificando em pouquíssimas obrigações. O SPED apresenta premissas para o seu desenvolvimento como: eliminar as concorrências desleais existentes entre a competitividade das empresas; proporcionar um compartilhamento das informações; redução nos custos; disponibiliza aplicativos próprios e ainda faz com que cada

contribuinte possua a sua própria Certificação Digital (FERREIRA, 2013).

Esse novo projeto do governo é de caráter inovador e muito positivo para os escritórios contábeis e para as companhias, onde adequa a unificação, praticidade e o aprimoramento nos serviços contábeis e exige aos profissionais contábeis uma qualificação para atender a essas necessidades.

3.1 Tipos de SPED

Existem diversos subsistemas que unificam o Sistema de Escrituração Digital (SPED), porém foram abordados neste estudo apenas quatro: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); Escrituração Fiscal Digital (EFD); Escrituração Contábil Digital (ECD); Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e).

3.1.1 Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)

A origem da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) se deu com o objetivo de unificar a variedade de notas existentes no território; padronizar o modelo de forma nacional; além de o Fisco ter acesso de imediato às movimentações comerciais. Foi aprovada por meio de um projeto elaborado pelos Estados juntamente as Secretarias de Fazenda e da Receita Federal, com o comprometimento de coordenar a implantação e desenvolvimento do projeto.

Esteves (2009) descreve que a NF-e é um documento emitido e registrado em formato eletrônico, trazendo como objetivo gravar as operações referentes às mercadorias que circulam dentro e fora do estado e registrar as prestações de serviços, através da assinatura digital e da autorização da SEFAZ, antes da circulação do serviço ou da mercadora, garantindo sua legitimidade jurídica. Embora sendo um documento eletrônico, é necessária sua impressão para que as mercadorias possam circular e para isso é impressa em formato de um Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE).

O DANFE foi criado no intuito de organizar o layout de impressão da NF-e, além disso, auxilia na consulta e veracidade da mesma, como também contribui para as escriturações dos documentos contábeis e através da sua chave de acesso é possível confirmar se a possível nota foi realmente autorizada. Ele torna-se uma reprodução simples da nota fiscal, mas de grande valor tanto para os órgãos, quanto para os detentores (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011).

De acordo com o Portal da NF-e será autorizada pela SEFAZ, sendo necessária uma assinatura digital. A partir disso, será realizada de forma automática a validação, garantindo a autenticação de vários aspectos como integridade, legalidade do destinatário e emitente, autorização e assinatura digital do emissor, confirmação de recebimento da NF-e, entre outros. Portanto, a NF-e é uma ferramenta principal para o controle fiscal das operações, pois está integrada diretamente a Secretaria da Fazenda e proporciona vários benefícios, por exemplo, o acesso mais rápido às informações repassadas ao fisco.

3.1.2 Escrituração Fiscal Digital (EFD)

A Escrituração Fiscal Digital é um tipo de arquivo combinado de escriturações contábeis das informações fiscais geradas na empresa e registros das apurações dos impostos concretizados pelos contribuintes. Tendo como objetivo substituir os livros fiscais manuais e trazer praticidade para o cumprimento das obrigações.

De acordo com a Receita Federal, a EFD irá substituir os livros seguintes: Registro de Entradas; Registro de Saídas; Registro de Inventário; Registro de Apuração do IPI e Registro de Apuração do ICMS. Os arquivos devem ser informados mensalmente, de preferência deve ser no primeiro dia do mês e a data final deve constar o último dia do próprio mês. A implantação da EFD tem a finalidade de diminuir os custos de impressão dos mesmos, reduzindo o espaço de armazenamento destes livros que passam a serem arquivos fiscais gerados através do banco de dados e encaminhados aos órgãos fiscalizadores, os quais ajudam a manter um controle mais rigoroso das movimentações dos contribuintes.

3.1.3 Escrituração Contábil Digital (ECD)

Anteriormente toda escrituração era feita em livros específicos, porém, com o novo sistema digital as escriturações passaram a ser realizadas de modo on-line e serão transmitidas através de arquivos. Para simplificar e tornar mais prática a maneira de escriturar, foi criada a ECD ou SPED Contábil. A Escrituração Contábil Digital é uma maneira de emissão das obrigações através de um arquivo digital, onde a empresa gera em seu sistema o arquivo conforme as normas e formatos estabelecidos pela Receita Federal, assim como na EFD os arquivos passam pelo PVA, onde serão extraídos os dados necessários para o SPED.

Conforme a Instrução Normativa da Receita Federal, o ECD é considerado um pilar contábil, foi criado para unificar os livros contábeis e os tornarem em versão digital. Exemplos: Livro Diário e seus auxiliares; Livro Razão e seus auxiliares; Livro Balancetes Diários; Balanços e fichas de lançamento comprobatórios dos assentamentos neles transcritos.

Para a emissão do SPED é necessário um conhecimento minucioso sobre o roteiro do sistema, pois o mesmo será feito de forma correta e eficaz, caso contrário, não será possível à importação. Diante de todos esses aspectos, torna-se de imprescindível a presença e o auxílio de um profissional contábil na empresa como ferramenta principal para cumprir as exigências impostas pelos órgãos fiscalizadores.

3.1.4 Nota Fiscal de Serviços (NFS-e)

O novo subsistema do SPED traz benefícios que melhoram as administrações tributárias do país, além disso, padroniza de forma digital um modelo de documento que assim como os outros, é gerado e tem seu armazenamento em banco de dados. São emitidas tanto pela Receita Federal quanto pela prefeitura, ou até mesmo, entidades que tenham convênios.

O Ministério da Fazenda afirma que as empresas prestadoras de serviços podem emitir as notas eletrônicas através de um portal específico da prefeitura. Cada nota fiscal possui validade legal e tem um modelo padrão de cada município. Dessa forma as NFS-e estão facilitando nas apurações dos tributos e auxilia no processo de escrituração. Mediante a tanta modernização referente às escriturações fiscais, os contadores devem se atentar, pois com esses avanços o governo irá solicitar muitas outras informações, a fim de aumentar as arrecadações, afunilar e diminuir tanto a sonegação fiscal quanto as fraudes.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise dos dados é considerada um processo bastante complexo. Porém é o momento crucial para finalização de um estudo, porque além de organiza os dados coletados, auxiliam na identificação do cruzamento entre as informações teóricas e práticas. Conforme Beuren (2012, p.136) a interpretação dos dados deve ser feita de forma criteriosa para que possa haver uma ligação entre as informações coletadas e a embasamento fundamentado em todo referencial teórico. Os profissionais entrevistados trabalham com as empresas optantes pelo Lucro Real, sendo assim obrigatório o uso do SPED.

4.1 Preparação para trabalhar com o SPED

Todos os profissionais entrevistados consideram-se preparados para manuseio do sistema, porém alegam que sempre há dúvidas em algumas etapas que vão aparecendo à medida que o sistema atualiza, pois na maioria das vezes ocorrem muitos erros e que acabam perdidos na realização de emissão das informações. Por isso, precisam buscar constantemente aprimoramentos em sites e até mesmo no próprio portal do SPED, pois embora acreditem que está sendo feito tudo certo, há sempre medo em gerar uma informação errônea que possa a vir prejudicar futuramente o seu cliente.

4.2 Confiabilidade em relação ao SPED

De acordo com a Receita Federal, o SPED proporciona segurança nas informações geradas e tem características de um sistema confiável, pois é possível gerar vários relatórios gerenciais direto do próprio sistema, o que causa uma garantia nos arquivos transmitidos. Contudo, esta não é a visão de todos os profissionais contábeis.

Baseado na coleta de dados 75% dos profissionais entrevistados afirmam que o sistema torna-se confiável, porque os dados são transmitidos em arquivos magnéticos, fornecendo segurança às informações e com isso melhora a qualidade do serviço. Outro fator relatado por eles que traz confiabilidade é a necessidade da assinatura digital. Entretanto, 25% acreditam que o governo necessita aprimorar o sistema, porque o mesmo não repassa total confiabilidade no seu manuseio, pois ainda causa muitos erros na transmissão das informações geradas e que muitas vezes os contadores não conseguem suporte necessário para resolver, o que torna o trabalho burocrático.

4.3 Investimentos para implantação do SPED

O Portal Contábil relata que há uma resistência dos profissionais e das empresas ao se adaptar as mudanças, mas para todo início há uma necessidade de adaptação e de investimentos. E dessa vez não foi diferente, há custos para implantar esse novo sistema seja eles em equipamentos, softwares, qualificação profissional, entre outros. Para que a aplicação do SPED seja eficaz, necessita de diversas aquisições, por isso houve uma necessidade de investimentos tanto para os contadores quanto para os empresários. Para os profissionais contábeis foi necessário o conhecimento e algumas mudanças no seu sistema de informação. Já para os empresários, tiveram aquisições de sistemas eletrônicos e softwares.

Todos os profissionais contábeis entrevistados realizaram investimentos tecnológicos e específicos onde buscaram domínio sobre o assunto e aprimoramentos em cursos, sites e em serviços terceirizados. Além disso, necessitaram investir ainda mais nos sistemas de informática, pois dessa forma proporciona uma praticidade das informações geradas e facilita no layout do SPED.

4.4 Desempenhos do serviço com o SPED

O fisco exige dos profissionais contábeis inúmeras obrigações acessórias a serem transmitidas e por conta disso e de outros fatores, implantou o SPED que traz em suas premissas o objetivo de proporcionar praticidade e desempenho nas atividades contábeis através de um sistema que as unifica. A modernização deste sistema traz praticidade e aumenta o desempenho das tarefas na rotina do contador, pois possui uma integração de diversos programas em um só, gerando arquivos contábeis e fiscais, contribuindo para unificação dos serviços.

A maioria dos profissionais entrevistados afirma que o SPED facilita na questão do tempo, pois permite um acesso mais rápido as informações, além disso, trouxe uma modernização nos sistemas que transmitem as obrigações acessórias. Porém, apenas um profissional, na qual corresponde aos 25%, afirma que não contribuiu para a execução dos outros serviços, pois se tornou apenas mais uma obrigação.

4.5 Mudanças ocorridas pelo SPED

É perceptível que para a adoção deste sistema houve mudanças significativas na rotina contábil dos profissionais, pois atuam como principais intermediadores entre o fisco e os empresários. Por conta disso há uma cobrança maior por parte de ambos, sendo sucinto se adaptar as mudanças impostas pelos órgãos fiscalizadores. Inicialmente os contadores necessitaram ter propriedade do que o governo estava instituindo e para isso foi necessário um entendimento sobre o que era exigido na legislação sobre o SPED, além de outros fatores como mão de obra especializada, equipamentos eletrônicos, entre outros.

A maioria dos profissionais entrevistados acredita que para cumprir as exigências do programa que possui uma complexidade para o seu manuseio, é necessário ter um domínio do assunto. E para isso, é preciso ter um bom entendimento das resoluções que regem o SPED. Outro fator relatado seria os investimentos necessários para essa adaptação, nisso inclui a contratação de serviços terceirizados especializados, cursos e treinamentos.

4.6 Impactos decorrentes do SPED

Conforme as modificações na legislação tributária trouxe por meio do SPED uma nova maneira de escrituração contábil e fiscal. Hoje, ele é o principal instrumento estabelecido pelos órgãos fiscalizadores para combater as fraudes e acompanhar de perto e ter controle das movimentações e transações financeiras da empresa, pois o contribuinte passa a apresentar as obrigações e seus registros com mais eficiência.

De acordo com o gráfico é possível analisar que a falta de mão de obra qualificada e a necessidade de investimentos tecnológicos foram os maiores impactos para os escritórios junto às empresas,

pois relatam que houve resistência por parte de seus clientes em entender a necessidade de um sistema tecnológico. Além disso, os profissionais contábeis tiveram dificuldades no início pela precariedade de pessoas qualificadas na execução do SPED, pois o mesmo exige muito dos contadores.

Para a SEFAZ, o SPED apresenta uma nova era de muitos impactos, seja na área contábil ou comercial, pois sua implantação e desenvolvimento exigem atenção, responsabilidade profissional e eficácia. O profissional contábil deve superar esses impactos através do domínio operacional e conceitual, para que dessa forma possa desempenhar adequadamente o seu trabalho.

4.7 Vantagens ou benefícios ocasionados pelo SPED

De acordo com a Receita Federal, o SPED proporciona diversos benefícios e vantagens à classe contábil, como a preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel, diminuição de custos com a impressão de livros, fácil acesso às informações, melhoria na segurança da informação transmitida, aumento da produtividade pela unificação dos sistemas, entre outros.

Baseado nos dados coletados, a maioria dos profissionais acredita que os únicos benefícios ou vantagens são a redução de custos com a dispensa de emissão e arquivamento dos documentos em papel, pois terá online o acesso imediato às informações, sem ter a necessidade de adquirir armários e pastas para os livros e documentos. Além disso, melhoria da qualidade das informações geradas, pois auxiliam no desempenho do programa.

Outra parte dos profissionais contábeis afirma que a rapidez no acesso às informações é um dos benefícios primordiais do SPED, pois torna mais prático o serviço em geral. Porém, um dos profissionais entrevistados acredita que o SPED proporciona vantagens e benefícios apenas para aos órgãos fiscalizadores, pois o único objetivo do governo é controlar e fortalecer as fiscalizações em relação às transações econômicas, para posteriormente buscar sanar as práticas fraudulentas de sonegação fiscal.

4.8 Qualificação profissional

Diante das diversas etapas que formam o SPED, é perceptível que a qualificação profissional é imprescindível neste processo, pois há uma exigência do fisco a ser cumprida. Embora essa capacitação exista em toda trajetória profissional, seja ela teórica ou prática, é necessário uma reciclagem e qualificação para atender a essas exigências e fazer com que seu desenvolvimento seja completo.

E mesmo com as experiências dos contadores, eles ainda acreditam que devem investir na sua qualificação profissional, ou seja, se aperfeiçoando em capacitações e conhecimentos e promovendo uma sintonia entre contribuinte e fisco, pois apenas dessa forma conseguirá alcançar e cumprir as exigências impostas pelo fisco em relação ao SPED.

4.9 Dificuldades causadas pelo SPED

Dentre as inúmeras dificuldades, os contadores elencaram as seguintes: adaptação ao novo sistema; à qualificação pessoal e terceirizada; a resistência dos empresários na aquisição de sistemas e a preparação do mesmo para manuseio; domínio na execução dos serviços realizados;

escassez de treinamentos necessários para se adaptar a nova rotina conseguindo cumprir prazos e normas de maneira eficaz e eficiente e os erros apresentados no SPED, que para eles acaba atrasando o restante do trabalho.

Para o Portal Tributário (RECEITA FEDERAL), que dependendo da estrutura dos escritórios e das empresas, as dificuldades podem permanecer até um período de seis meses, pois é o tempo para adaptação, onde terão atualização de sistemas e qualificação profissional em relação ao manuseio do SPED. Ainda afirma que as boas técnicas contábeis ajudam a vencer as dificuldades, porém os profissionais que não se atualizarem e ficarem desatentos às mudanças serão um grande alvo do fisco.

4.10 Reduções nas obrigações acessórias

O Portal do SPED relata que um dos grandes objetivos do sistema é reduzir as obrigações acessórias através da sua unificação, pois através dele é possível fazer escriturações contábeis e fiscais, emitir notas fiscais eletrônicas de mercadorias e serviços, fazendo com que se torne mais prático o trabalho executado pelos profissionais e conseqüentemente diminua a carga excessiva de serviço nos escritórios contábeis (RECEITA FEDERAL).

Em relação à redução das obrigações acessórias, o resultado ficou meio a meio. Os profissionais que acreditam que sim, afirma que através do SPED são transmitidas todas as transações contábeis relacionadas à empresa, pois com a redução dos livros físicos automatizou e dinamizou o processo de escrituração digital, tornando o trabalho ficou mais sucinto. Já os profissionais que não acreditam na redução das obrigações através do SPED, relatam que o trabalho tornou-se mais burocrático, o que causa até um aumento na carga de trabalho, pois além de atender ao escritório é necessário fornecer um suporte a seu cliente de acordo com o layout estabelecido, fazendo com que o SPED seja apenas mais uma obrigação a ser cumprida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo decorrer dessa pesquisa, é notório que a contabilidade evoluiu, passando por diversas etapas, desde a maneira rudimentar até os dias atuais, sendo contínua sua evolução à medida que ocorrem mudanças tecnológicas e as exigências atribuídas pelo governo. Embasado nos dados coletados constatou-se que embora os profissionais estejam exercendo o sistema, ainda existe insegurança por parte dos mesmos. Nisso implica as poucas informações repassadas aos profissionais, à precária fonte de informações e a quantidade de pessoas capazes a promover treinamentos e cursos para capacitar os demais.

Dentro desse mesmo pensamento foi detectado através do questionário que os impactos vêm da resistência por parte dos empresários em modernizar o negócio com sistemas de informação, pois enfatizam a redução do lucro por conta do capital a ser investido, ou maioria das vezes não encontram pessoas qualificadas para executar o programa fiscal, o que torna os desafios maiores, pois duplica o trabalho a ser realizado pelos profissionais contábeis, pois além de buscarem conhecimentos para darem suporte no escritório ainda precisam auxiliar os seus clientes.

É importante salientar que o SPED está se tornando cada vez mais fixo e essencial no mercado, pois além de afastar a contabilidade dos seus métodos antigos, busca se modernizar a ponto de ser o único meio de unificar todas as obrigações acessórias, proporcionando um cruzamento nas

informações geradas, afinando ainda mais a relação entre o contribuinte e o fisco. A presente pesquisa proporcionou um conhecimento tanto para o âmbito acadêmico quanto profissional. No aspecto acadêmico, contribui para um melhor entendimento sobre o novo sistema e colabora para outras pesquisas acadêmicas. E no aspecto profissional, demonstra a realidade e as dificuldades enfrentadas pelos contadores junto à implantação do SPED.

Diante disso, o tema abordado é de suma importância, pois tem revolucionado o dia-a-dia dos escritórios contábeis, abordando as diversas áreas seja ela fiscal; contábil ou até mesmo gerencial. Além de estar contido na rotina contábil, traz a visão do profissional em relação ao SPED e as diversas dúvidas nos procedimentos a serem realizados.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL, Ministério da Fazenda. Nota Fiscal Eletrônica. 2011. Disponível em: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/principal.aspx.htm>>. Acesso em 28 de jan. 2018.

CONARQ. Certificado Digital. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/earq/conarq_earqbrasil_model_req_uisitos_2009.pdf>. Acesso em: 28 de jan. 2018.

ESTEVES, Maciel. Desburocratização fiscal, 2009. Disponível em: <<http://www.revista.fundap.sp.gov.br/revista9/paginas/9-06-mc6-Desburocratizacao.htm>> Acesso em 17 de set. 2017.

FERREIRA, Danilo Alves Vera. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): A Contabilidade Frente às Mudanças de Cenários do Gerenciamento das Organizações . Monografia Apresentada No Curso de Ciências Contábeis do Centro Superior do Ceará, Faculdades Cearenses – FAC-CE, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Gerencial. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clóvis L. Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análise. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PORTAL CONTÁBIL. Sped exige investimento em capacitação. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/noticias/15733/sped-exige-investimento-em-capacitacao/>>. Acesso em 01 de mai. 2018.

PORTAL DA NF-E. Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em: <<http://portalnfe.fazenda.mg.gov.br/objetivos.html>>. Acesso em 28 de jan. 2018.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Portal Tributário. Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Disponível em <<http://www.portaltributario.com.br/SPED>>. Acesso em 17 de set. 2017.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. SPED. Disponível em <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/SPEDfiscal/download.htm>>. Acesso em: 17 de set. 2017.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ, Antônio Lopes. Teoria da Contabilidade. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**A IMPORTÂNCIA DE SE
MANTER UMA
AUDITORIA
CONSTANTE DOS
PROCESSOS
INTERNOS NA
MITIGAÇÃO DOS
RISCOS PARA
TOMADA DE DECISÃO:
UMA ANÁLISE DOS
CONTROLES
INTERNOS DE UMA
EMPRESA**

A IMPORTÂNCIA DE SE MANTER UMA AUDITORIA CONSTANTE DOS PROCESSOS INTERNOS NA MITIGAÇÃO DOS RISCOS PARA TOMADA DE DECISÃO: UMA ANÁLISE DOS CONTROLES INTERNOS DE UMA EMPRESA

Francisca Haglayce Carneiro Silva

RESUMO

Devido as constantes mudanças ocorridas nos ambientes corporativos exigiu-se uma postura mais eficaz e eficiente das empresas no mundo atual. O controle interno consiste num conjunto de métodos e políticas desenvolvidos para melhorar a operacionalidade do negócio, garantir certeza sobre as informações contidas nas demonstrações financeiras, dando confiabilidade de que as mesmas foram elaboradas em consonância aos princípios de contabilidade. Partindo desse pressuposto, a auditoria interna atua como uma ferramenta atrelada ao controle que dá suporte à diretoria nas tomadas de decisões. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar de que forma a auditoria interna contribui para melhoria constante dos processos internos e mitigação dos riscos da empresa, apresentando no referencial teórico todo o conteúdo relacionado à auditoria interna, controle interno e gerenciamento de riscos e a importância de se manter uma auditoria constante e mitigação de riscos do negócio da empresa. A partir de um estudo de caso em uma empresa atacadista-distribuidor, analisando os controles internos desta, foi aplicado um questionário com um analista de auditoria. Depois dos resultados obtidos, observou-se que a empresa realiza auditoria periodicamente através de um planejamento realizado, com a finalidade de mitigar os riscos que oneram o patrimônio da empresa.

Palavras-chave: Auditoria interna; Controle interno; Riscos; Processos e Tomada de decisão.

ABSTRACT

Due to the constant changes in the corporate environments, a more effective and efficient position of companies in the current world was required. Internal control consists of a set of methods and policies developed to improve business operations, ensure certainty about the information contained in the financial statements, giving reliability that they were developed in Consistent with accounting principles. Based on this assumption, the internal audit acts as a tool harnessed to control that of the Board support in decision making. In this sense, the purpose of this work is to analyze how the internal audit contributes to the constant improvement of internal processes and mitigation of the company's risks, presenting in the theoretical reference all content related to internal audit, Internal control and risk management and the importance of maintaining a constant audit in the risk mitigation of the company's

¹ Bacharel em Ciências Contábeis. Instituto de Ensino Superior Múltiplo-IESM, Timon-MA.

business. From a case study in a wholesaler-distributor company, analyzing the internal controls of this, a questionnaire was applied with the audit analyst. In the possession of the results obtained, it was observed that the company, audits periodically through a planning carried out, in order to mitigate the risks that were the company's assets.

Key-Words: Internal auditing; Internal control; Risks; Processes e Decision making.

1 INTRODUÇÃO

As constantes mudanças nos ambientes organizacionais e a alta competitividade dos negócios empresariais exigem uma postura mais eficiente e eficaz das empresas no mundo atual, com planejamento de gestão mais estruturado e sistema de controle interno mais integrado ao objetivo da organização. Para que este seja alcançado é necessário adotar ferramentas de controle que possibilitem uma visão concreta e ampla da situação real da empresa. O controle interno consiste num conjunto de métodos e políticas desenvolvidos para melhorar a operacionalidade do negócio, garantir certeza sobre as informações contidas nas demonstrações financeiras, dando confiabilidade de que as mesmas foram elaboradas em consonância aos princípios de contabilidade. De acordo com Almeida (2009:63), “o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

A crise financeira que atualmente o país vem enfrentando, a crise política com o avanço da Lava Jato, a recessão econômica com a diminuição do produto interno bruto (PIB), o aumento na taxa de desemprego e a taxa de inflação, entre outros fatores, demonstra que as economias e o mercado financeiro estão mais vulneráveis à crescente globalização e complexidades da economia, expondo as empresas a riscos financeiros cada vez maiores, que poderão impactar na operacionalidade do negócio e até mesmo comprometer sua permanência no mercado. Segundo a Resolução do CMN 3.380/2006, conceitua risco, em seu artigo 2º, como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas que podem ser resultantes de falhas, deficiência e/ou inadequação nos processos internos, pessoas e sistemas. Tais riscos podem ser agravados pela inexistência de controles internos.

Diante disso este estudo tem como problematização: Como a auditoria de processos internos atua na organização para auxiliar a alta administração na tomada de decisão? Atualmente a auditoria interna vem ganhando papel importante no ambiente corporativo. Na tentativa de solucionar esta problemática, elegeu-se como objetivo geral analisar de que forma a auditoria interna contribui para melhoria constante dos processos internos e mitigação dos riscos da empresa e como objetivos específicos, identificar os mecanismos de controles implantados na empresa; mostrar como os riscos identificados são administrados e que ferramentas são utilizadas para alinhá-los aos objetivos da empresa; e verificar qual o resultado alcançado pela empresa após a implantação do setor de auditoria interna e que resultados foram obtidos no decorrer do processo. A auditoria de processos segundo Dias (2011:01), “visa à avaliação dos sistemas de controle envolvidos e verificação dos procedimentos e das normas alocados no desenvolvimento do negócio exercido, atentando para o desempenho operacional e para eficácia obtida por suas áreas produtivas, [...] e políticas definidas pela organização”. Através da auditoria de processos o

auditor consegue visualizar de forma mais abrangente todos os processos dentro de uma organização. A escolha deste tema justificou-se por mostrar a importância de se manter uma auditoria contínua e como ela pode contribuir na mitigação de riscos na operacionalização da empresa, a partir da análise dos controles internos.

Com relação à metodologia, adotou-se a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso de uma empresa atacadista-distribuidor, onde buscou-se analisar os controles internos aplicados na empresa e a eficiência dos mesmos na mitigação dos riscos identificados no negócio. Este estudo apresenta a seguinte estrutura: uma introdução e revisão de literatura decorrendo sobre as questões norteadoras da auditoria, abordando conceitos e sua importância e tipos de auditoria; controle interno, sua importância, modalidades existentes e relação com COSO; gerenciamento de risco, tipos de riscos e a contribuição da auditoria na mitigação dos riscos. Em continuidade, a metodologia utilizada durante a execução da pesquisa para a obtenção das informações, análise dos resultados e considerações finais.

2 AUDITORIA INTERNA

Neste capítulo serão abordados os aspectos relacionados à auditoria, bem como os conceitos e sua importância para empresa e os tipos de auditoria existentes.

2.1 Conceitos e importância na tomada de decisão

O crescimento das empresas trouxe a necessidade de se criar normas e procedimentos internos que possibilitassem o acompanhamento de tais processos, com intuito de verificar se os mesmos estão sendo seguidos conforme descritos e corretamente pelos colaboradores da empresa. A referida verificação é realizada pela auditoria interna, onde esta realiza a análise de todos os processos da empresa: contábil, operacional, administrativos, de produção entre outros, oferecendo ferramentas que possibilite um acompanhamento constante dos processos, descobrindo se há erros e possíveis falhas na operacionalização dos procedimentos que possam impactar nos controles e trazer riscos para empresa.

A auditoria interna é definida como:

O conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações fiscais, contábeis, financeiras e operacionais da entidade (CREPALDI, 2007:25).

Observa-se que o autor enfatiza a relevância da auditoria interna nas diversas áreas da empresa, principalmente na que diz respeito à avaliação da eficácia dos controles internos, que são os que controlam os processos da organização.

Outra definição citada por Crepaldi (2007:25), é que “a auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa que se destina a revisar as operações, como um serviço prestado à administração”. A auditoria interna é um controle administrativo que permite mensurar e avaliar a eficiência de outros controles, examinando o grau de confiabilidade das informações geradas e o desempenho das atividades delegadas no ambiente corporativo.

Não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema

ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias (ALMEIDA, 2009:70).

O autor faz menção à importância da realização da auditoria interna nas empresas, pois esta permite determinar com maior exatidão se as normas e os sistemas de controles internos implantados na organização estão de fato sendo cumpridos de forma a satisfazer os objetivos almejados pelos gestores, para que estes possam tomar decisões de modifica-los ou não, adaptando-os aos propósitos pelos quais foram criados.

Para Rolim (2010 apud ALMEIDA, 2009:154), “as normas de auditoria geralmente aceitas exigem que o trabalho de auditoria seja adequadamente planejado. Planejar significa estabelecer metas para que o serviço de auditoria seja de excelente qualidade e ao menor custo possível”. Portanto no início da auditoria é primordial a realização do planejamento do escopo do trabalho, visando alcançar o objetivo traçado, devendo os procedimentos de auditoria referente a exames e verificações estarem em consonância com os objetivos e metas estabelecidas. Segundo Franco e Marra (2009:297):

O programa de auditoria consiste no plano de trabalho para exame de área específica. Ele prevê os procedimentos que deverão ser aplicados para que se possa alcançar o resultado desejado. Deve, entretanto, ser bastante amplo e flexível, para permitir alterações durante o andamento das verificações, segundo aconselham as circunstâncias, isto é, a maior ou menor eficiência dos controles internos do cliente.

O trabalho da auditoria deve ser executado de forma a auxiliar a alta corporação na tomada de decisão, fornecendo informações de qualidade, visando o custo e benefício do trabalho.

QUADRO 1 - DEFINIÇÕES DE AUDITORIA

Autor	Definição Auditoria
Crepaldi 2007	A auditoria tem como objetivo examinar a integridade, adequação e eficiência dos controles internos e das informações fiscais, contábeis, financeiras e operacionais da empresa.
Franco e Marra 2009	A auditoria consiste no plano de trabalho para exame de uma determinada área, com intuito de verificar se os procedimentos adotados estão em conformidade com as normas definidas pela empresa.
Almeida 2009	O trabalho de auditoria visa verificar os procedimentos adotados pela empresa, avaliando os controles internos implantados na organização.

Fonte: Adaptado pela autora (2017)

2.2 Tipos de Auditoria

A auditoria interna pode, dependendo da sua área de atuação, concentrar seu foco em aspectos diferenciados, que, após definido, o auditor deverá voltar seus trabalhos apenas em decorrência da área específica, podendo se fazer necessário a participação de profissionais especializados de outras áreas. São tipos de auditoria interna:

- Auditoria da área Contábil;
- Auditoria de Processos;
- Auditoria de Gestão;
- Auditoria de Sistemas Informatizados;
- Auditoria Ambiental e
- Auditoria da Qualidade.

No presente trabalho será enfatizado sobre auditoria de processos, pois esta possibilita ao auditor

conhecer todas as áreas da empresa, avaliando os controles internos e os possíveis riscos inerentes à atividade exercida pela organização.

2.2.1 Auditoria de Processos

O trabalho do auditor, na análise dos processos operacionais, de uma forma mais ampla, pode ter definido, como:

uma atividade de avaliação independente de assessoramento à alta gestão da empresa, que visa à avaliação dos sistemas de controle envolvidos e verificação dos procedimentos e das normas alocados no desenvolvimento do negócio exercido, atentando para o desempenho operacional e para a eficácia obtida por suas áreas produtivas, considerando planos de metas, macro-objetivos e políticas definidas pela organização (DIAS, 2011:01).

A definição citada acima pelo autor, mostra de maneira ampla o que vema ser uma auditoria de processos, não definindo claramente qual a real importância do serviço prestado pelo auditor, quando este avalia os processos internos da empresa e que resultados podem ser alcançados. Dias (2011:01) ainda cita que quando avaliado o conceito acima com maior profundidade, três aspectos podem ser destacados:

- Avaliação dos sistemas de controle envolvidos: através da visão crítica de todos os sistemas de controles o auditor consegue concluir sobre o alcance dos objetivos propostos para o processo, através da identificação da eficácia dos procedimentos realizados e controles adotados em sua execução;
- Verificação dos procedimentos e das normas alocados no processo: para que as normas dentro da organização sejam cumpridas, se faz necessário que cada membro participante do processo tenha total conhecimento de suas atribuições e de seu envolvimento no contexto apresentado detendo assim uma visão do todo de suas operações;
- Desempenho operacional e eficácia obtida por suas áreas produtivas: além do cumprimento daquilo que já lhe é delegado, é importante que os colaboradores executem suas atividades, visando obter eficácia do processo e agregar ai resultado previsto e à sua participação, ganhos ou diferenciais que julgar necessário na manutenção do negócio exercido pela empresa;
- Planos de metas, macro-objetivos e políticas definidas pela organização: as atribuições exercidas pelos membros da organização devem considerar objetivos, metas, planos e políticas estabelecidos pela empresa, evitando alocação e aplicação de recursos desnecessários aos objetivos fins da organização.

O trabalho do auditor vem ganhado grande importância, principalmente na avaliação dos controles internos, sendo considerados por muitos como uma maneira de fiscalizar o trabalho realizado pelos colaboradores da organização, com intuito de procurar erros e identificar possíveis problemas que poderão afetar o negócio da empresa e seus culpados.

De acordo Rolim (2010), a auditoria da área operacional tem como meta assessorar aos gestores na realização da parte operacional da empresa, orientando as diversas funções e responsabilidades dos mesmos, realizando avaliação da empresa nos seus diversos setores, com intuito de constatar se estas atingem os objetivos traçados pela alta corporação.

Além de verificar se os objetivos da empresa serão alcançados, a avaliação da organização pelo auditor possibilita também a identificação de falhas nos processos, podendo o mesmo sugerir,

através de recomendações de melhorias para que as devidas correções sejam realizadas na organização.

“A gestão/operação dos negócios é sustentada pelas ideias de controle interno e de risco e tem como atividade-chave o exercício da auditoria como função administrativa integrada a planejamento, execução e controle.” (GIL et al; 2013:16)

Observa-se que a realização das atividades da gestão/operação e daquelas da auditoria evidenciam a tomada de decisão/recomendação com a qualidade necessária à evolução do processo/produto dos negócios ante a crescente exigência de maximização do desempenho e minimização das falhas no horizonte presente/futuro organizacional. Gil et al (2013:16) ainda afirma que:

o controle interno como tecnologia (ferramentas aplicadas aos processos e instrumentos com os produtos alcançados) para a transparência (visão conformidade) das práticas e dos resultados das entidades privadas ou públicas é objeto de mudanças (visão customização ou inovação) na sua concepção e funcionalidade como decorrência dos processos decisórios exercidos.

O risco como entidade associada às mudanças do controle interno tem o evento contingente (decisão e demais eventos organizacionais futuros associados) como foco.

As tecnologias para gestão, ou a auditoria da gestão de negócios, visam buscar as melhores práticas com intuito de alcançar as decisões/recomendações para melhorar a qualidade do controle por meio do estudo do risco associado às contingências e simultaneamente com o tratamento de suas causas e efeitos.

3 CONTROLE INTERNO

Controle interno consiste no conjunto de procedimentos, diretrizes, normas e planos estabelecidos pela organização com o objetivo de garantir a eficiência, ordem e segurança na gestão administrativa, contábil, financeira, como forma de salvaguardar os ativos da empresa, assegurando que cada procedimento é seguido conforme objetivo traçado pela organização. O controle interno teve sua origem determinada por diversos fatores econômicos que repercutiram também na política, através de ações que de certa forma influenciavam nos padrões de vida da sociedade. De acordo com Avalos (2009:52):

a partir da Revolução Industrial, e principalmente no decorrer do século XX, mais precisamente após a segunda Guerra Mundial, o dinamismo dos negócios tem sido uma constante, e as mudanças se aceleram continuamente, o que cria novos desafios para os sistemas de informação necessários ao bom andamento dos negócios.

Os sistemas de informações e controle internos se completam entre si, uma vez que, em geral, aqueles são definidos como sistemas de controles internos, e ambos deverão ser complementares e não constituirão em apêndices que dificultem o andamento dos processos da empresa. Devido às modificações ocorridas no cenário econômico, naturalmente novos riscos foram aparecendo e os mesmos devem ser levados em consideração por ocasião de eventuais avaliações desses sistemas, visto que estes impactam no negócio da empresa.

Ainda conforme Avalos (2009), o distanciamento gradual entre propriedade das empresas e a gestão destas, cria questões adicionais a serem consideradas, em virtude da perda parcial das

informações que os proprietários teriam se participassem diretamente da gestão da empresa.

É necessário que a estrutura organizacional seja ajustada constantemente a esses câmbios que ocorrem para dar aos usuários das informações o suporte necessário de que eles necessitam para auxiliá-los de maneira fiel e imediata na tomada de decisão adequada de investimentos, de tal forma a resguardá-los de problemas futuros.

A partir do momento em que as empresas passaram do estágio de controle, que antes era apenas o contábil, para operações de maior complexidade, verificou-se a necessidade de introdução de novas técnicas de direção e a implementação de sistemas de controle interno, tendo como principal objetivo proteger os ativos contra perdas derivadas de erros, intencionais ou não, na operacionalização das transações e na utilização dos ativos correspondentes.

Baseado nisso, surgiu a necessidade de programar um sistema de controle interno, que abrangesse não só o aspecto contábil-financeiro, mas também a gestão e a direção de tal forma que proporcionasse uma maior segurança na obtenção dos objetivos traçados pela entidade e auxiliasse os diretores na tomada de decisão.

3.1 Conceitos

O controle existe quando há um planejamento, ou seja, ele é possível de ser executado desde que haja um processo precedente de planejamento. Em virtude disso, o controle interno pode ser definido como sendo aplicado com o enfoque de gestão de negócios com intuito de assegurar que determinados princípios estabelecidos na organização, sejam eles morais e éticos, possam ser mantidos.

De acordo com Gil et al (2013:100), controle é “uma palavra proveniente do francês *controler*, que significa registrar, inspecionar e/ou examinar, ou então, do italiano *controllo*, que significa registro e/ou exame”. A palavra foi inserida no vocabulário do mundo dos negócios com intuito de indicar inspeção ou exame, que se processa seja nos papéis ou operações registradas a cada instante no ambiente corporativo, como forma de uma fiscalização dentro do próprio estabelecimento para controle dos negócios que são realizados no cotidiano, por meio de conferências e registros quando a auditoria julgar necessário e/ou a alta corporação, ser auditada a qualquer momento. Segundo Avalos (2009:42) o controle interno é:

um conjunto de procedimentos, políticas, diretrizes e planos de organização que têm por objetivo garantir a eficiência, a ordem e a segurança na gestão administrativa, contábil e financeira da empresa (salvaguarda dos ativos, fidelidade do processo da informação e registros, cumprimento de políticas definidas etc.).

O controle interno é um conjunto de regras instituídas com vistas a garantir que os controles definidos são eficientes e eficazes e alcançam os objetivos planejados pela empresa. Dias (2015:41) ainda define controle interno, segundo o AICPA=American Institute of Certified Public Accountant como sendo:

o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados numa empresa para proteger seu ativo, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.

O controle interno adotado dentro de uma organização, constitui um conjunto de procedimentos implantados que possibilitam uma segurança a cerca dos aspectos lógicos e técnicos do processo,

identificando, através da sua adoção, o cumprimento das linhas hierárquicas, alçadas estabelecidas, bem como os limites destas e a efetiva execução do fluxo de processamento das operações.

De acordo com Attie (2000:110), o controle interno compreende:

o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotadas pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

Observa-se que em todos os conceitos citados, os mesmos tem em comum, que o controle interno constitui um conjunto de normas e procedimentos definidos pela administração da empresa e que devem ser seguidos por seus colaboradores e que dependendo do grau de controle estabelecido na organização, os riscos poderão ser maiores ou não. Tais controles devem ser acompanhados, como forma de verificar se os objetivos traçados/definidos pela alta corporação estão sendo atingidos. Dependendo do porte da empresa mais complexa será a estrutura organizacional desta, sendo assim será necessário a elaboração de relatórios, indicadores e análises consistentes que darão aos gestores da empresa uma visão geral dos processos da organização, dando um suporte para estes tomarem decisões sobre como gerenciarem seus ativos e passivos.

3.2 Importância do controle Interno

Na atualidade muitas empresas possuem o apoio de um sistema de gestão empresarial integrado e qualquer que seja o modelo do negócio, ela é suportada por diversos módulos de sistemas de informações. Sendo estes sujeita a falhas e a erros humanos decorrência da má utilização dos recursos disponíveis.

A importância do controle interno fica clara a partir do momento que uma empresa cresce e desenvolvendo tornando-se impossível não ter nenhum controle sob seus bens e procedimentos que garantam a efetividade dos processos, informações precisas e confiáveis.

O controle interno favorece o processo de gestão das empresas, sendo fator importante na identificação de fraudes, além de atuar, como uma ferramenta de planejamento que possibilita a correção de falhas, bem como a prevenção destas, assegurando que os objetivos traçados pela empresa sejam alcançados.

Conforme Dias (2015:54), para avaliar os controles internos adotados para o desenvolvimento de qualquer processo da empresa, é imprescindível que alguns parâmetros sejam identificados, tais como:

dimensionamento dos indicadores, dada a natureza dos envolvidos no processo (valores, quantidades, pessoas envolvidas etc.);

interligação do processo, independentemente da eficácia dos controles adotados;

importância do processo em relação ao negócio exercido pela empresa, considerando a sua continuidade, a ocorrência de perdas financeiras, o prejuízo à sua imagem e a manutenção da qualidade de seu produto final.

O grau de risco definido pela empresa depende do nível de controle interno que a mesma possui, sendo assim imprescindível um controle eficaz das operações ocorridas no ambiente organizacional. É através do sistema de controle interno da empresa que o auditor interno e/ou externo determina a amplitude dos testes de auditoria em seus trabalhos, mostrando assim, o quanto é importante para empresa possuir um controle interno que a resguarde de problemas futuros.

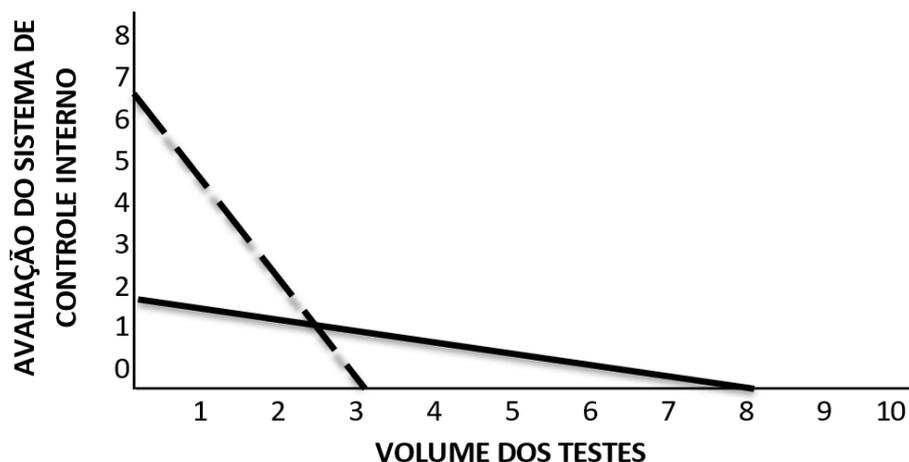


Figura 1 – Amplitude dos testes de auditoria baseado no sistema de controle interno da empresa

Fonte: Adaptado pela autora (2017)

Como pode ser observado na figura acima quanto maior é o nível de controle interno na organização menor é a quantidade de testes aplicados pelo auditor, pois este entende que a empresa possui um sistema de controle interno adequado que contribui para a mitigação dos riscos ao negócio da empresa. Ainda em relação à figura, quanto menor é o nível de controle interno adotado pela empresa, isso influencia no volume de testes a ser aplicado pelo auditor. Em ambas as situações o auditor deverá realizar seus testes em virtude das limitações do controle interno (falhas, erros humanos, conluio, etc.).

Mesmo que o sistema de controle interno seja eficiente, ainda há limitações em sua efetividade. Gil et al (2013 apud Boyton et al, 2002), apresenta cinco elementos, a saber:

erros de julgamento por informações inadequadas ou restrição de tempo. a administração pode tomar decisões equivocadas;

falhas e/ou erros de controle por desconhecimento, falta de cuidado, imprudência, distração ou cansaço;

conluio: os funcionários, em conjunto, podem perpetrar e esconder fraudes;

“atropelamento” pela administração, que pode passar por cima de procedimentos ou políticas, em interesse próprio;

custos versus benefícios: custos de controle interno não deve exceder aos benefícios que dele se espera.

Diante do exposto, verifica-se que não existe controle absoluto e segurança adequada dentro do ambiente corporativo. Um controle interno adequado é aquele estruturado pela alta corporação com a finalidade de propiciar uma razoável margem de garantia de que os objetivos e as metas definidas serão alcançados de forma eficiente e os recursos disponíveis utilizados de maneira eficaz e econômica.

Segundo Dias (2015:68):

quando o auditor avalia os controles com um enfoque em processo, suas conclusões têm de abranger o processo auditado como um todo, ou seja, é necessário considerar até a elaboração do produto final a que se propõe ou até a correspondente prestação de serviço almejado.

Embora com as limitações apresentadas, o controle interno continua mantendo sua importância dentro do processo organizacional, pois envolve todas as rotinas e atividades, seja de natureza administrativa e/ou contábil, com intuito de mostrar desde os colaboradores até a alta corporação a

importância do cumprimento das políticas e normas implantadas na empresa para que todas as informações sejam repassadas de forma clara e objetiva.

3.3 Controles internos existentes

De acordo com Crepaldi (2007) os controles contábeis compreendem todos os métodos, plano de organização e procedimentos utilizados para salvaguardar a propriedade e o patrimônio dos itens que os compõem. Compreendidos pelo autor por:

Segregação de funções: esta cria independência entre as funções de execução operacional, custódia dos bens patrimoniais e sua contabilização;

Sistema de autorização: através de métodos de aprovações controla as operações através, de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos;

Sistema de registro: refere-se à classificação dos dados dentro de uma estrutura formal de contas, existência de um plano de contas que facilita o registro e preparação das demonstrações contábeis e a utilização de um manual descritivo para o uso das contas.

Conclui-se que os controles internos abrangem dentro da organização todos os sistemas, métodos e procedimentos, dentre os quais são utilizados nos diversos setores da empresa, com o propósito de salvaguardar seu patrimônio, como também averiguar se todos os registros contábeis da empresa encontram-se devidamente corretos.

Avalos (2009:42) classifica o controle interno como: contábil: os controles e métodos são estabelecidos para garantir a proteção dos ativos, bem como a confiabilidade e validade dos registros e sistemas contábeis; administrativo: são os procedimentos existentes na empresa para assegurar a eficiência operacional e o cumprimento das diretrizes definidas pela direção.

QUADRO 2 - ESQUEMA DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO CONTROLE

Procedimentos administrativos	Circuito de informação	Contabilização
Assegurar proteção aos ativos	Captação de dados corretos e confiáveis	Situação correta
Evitar fraudes	Controles adicionais	Informação de acordo com critérios e normas estabelecidos e os PFC
<i>Operando segundo organogramas</i>		

Fonte: Adaptado de Avalos (2009) apud SIERRA; ORTA, (1996)

Os controles administrativos definem um plano de organização e todos os métodos e procedimentos traçados e utilizados para proporcionar eficiência nas operações, dar ênfase à política de negócios da empresa, bem como seus registros financeiros e contábeis.

Dias (2015), afirma que alguns especialistas classificam os controles internos quanto aos níveis (lógicos e técnicos) quanto à distinção (verticais e horizontais).

No mundo atual globalizado e altamente competitivo é inviável a ocorrência de controles que não objetivam a eficácia das operações e, por motivos meramente conceituais, criem, ao invés de segurança e agilidade, processos demorados e com acúmulos de trabalhos aos profissionais envolvidos no processo. Um controle quando é estabelecido para qualquer processo produtivo, a finalidade para sua existência estabelecerá sua função, ou seja, qual o seu objetivo. Segundo Dias (2015:42), as funções de um processo produtivo podem ser:

preventiva: atua como uma forma de prevenir a ocorrência dos

problemas, exercendo o papel de uma espécie de guia para a execução do processo ou na definição das atribuições e responsabilidades inerentes.

detectiva: como o nome indica, detecta algum problema no processo, sem impedir que ele ocorra.

corretiva: serve como base para a correção das causas de problemas no processo, mas após os mesmos já terem ocorrido.

Os controles internos devem atuar com finalidade preventiva, antecipando os fatos antes que eles ocorram, com intuito de proporcionar à administração segurança quanto a inexistência de problemas ou desvios no processo.

Os tipos de controles citados não se esgotam somente nestes, no entanto, possuem relevância dentro da administração, cabendo aos administradores a avaliação bem como a escolha do tipo que trará um melhor acompanhamento das atividades da empresa, buscando assim diminuir e antecipar os possíveis riscos que a organização poderá estar vulnerável.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

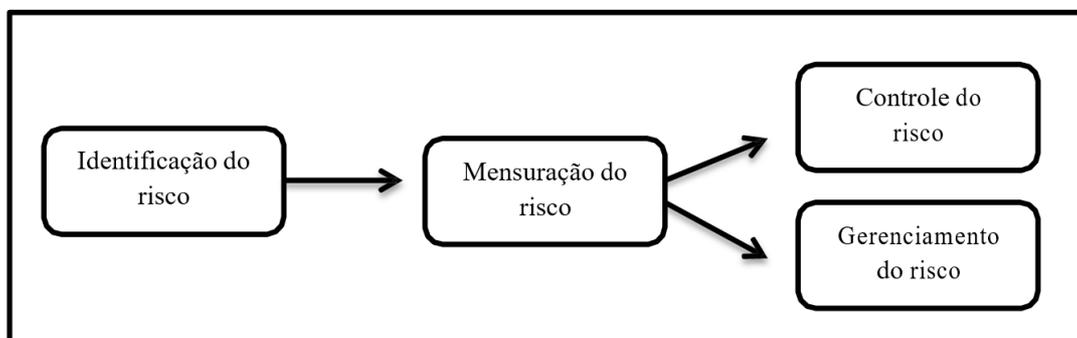
O risco está associado à possibilidade de ocorrência de uma perda. Ou ainda, a chance de obtenção de um resultado aquém daquele esperado. Se bem geridos, os riscos podem tornar-se uma ótima oportunidade de geração de riqueza e se mal administrado podem levar as empresas a falência.

De acordo com Avalos (2015:65)

os riscos são fatos ou acontecimentos cuja probabilidade de ocorrência é incerta. A transcendência do risco, no âmbito do estudo do controle interno, baseia-se na sua provável manifestação e no impacto que pode causar na organização, ameaçando a consecução dos objetivos da entidade.

Neste sentido pode-se entender que todas as entidades, sejam elas financeiras, governamentais, filantrópicas e até pessoas físicas, estão sujeitas a situações de riscos e incertezas. Sendo questão fundamental na tratativa do risco, a maneira de como mensurá-lo para que se possa de alguma forma controlá-lo e gerenciá-lo.

FIGURA 2 - MODELO BÁSICO DE RISCO



Fonte: Gil et al (2015)

Uma empresa também necessita avaliar bem como mensurar e gerenciar os riscos em seus diferentes aspectos. Segundo Gil et al (2015:133)

a administração de risco é especialmente importante nas atividades bancárias, sejam os bancos comerciais ou de investimentos. Os bancos são instituições que fundamentalmente trabalham e gerenciam riscos, seja nas operações de crédito, na gestão de recursos ou nas atividades de tesouraria.

É o tratamento de riscos que irá definir a necessidade de adoção de controles dentro da organização, não tendo como se falar em controle sem que se possua uma adequada estrutura de gerenciamento de riscos. Devido ao aumento da complexidade dos mercados financeiros e das possibilidades existentes hoje em dia para alavancar ou mitigar riscos das operações financeiras, está mais imperiosa a atividade de gestão de risco, pois os capitais para investimentos estão mais vulneráveis e suscetíveis à especulação.

Para que haja uma gestão mais efetiva, é necessário elencar os ativos que necessitam ser monitorados e quais vulnerabilidades e ameaças estes estariam sujeitos e quais as formas viáveis de proteção a serem empregadas adequadamente.

Conforme Marshall (2002:37):

o risco se aplica a resultado que, embora não certo, tenha probabilidade de que possa acontecer e essa probabilidade pode ser estimada pela experiência ou por dados estatísticos, enquanto que a incerteza é caracterizada pela não previsibilidade do resultado, nem mesmo em sentido probabilístico, assim, numa empresa, com boa gestão de riscos, deve-se reduzir, de acordo com a política de riscos da organização, a incerteza, transformando-a em risco que passa a ser conhecido (identificado, avaliado e tratado).

O principal objetivo do auditor de processos é proporcionar a melhor forma e condição de se praticar a atividade fim da empresa, surgindo a necessidade de identificar os riscos envolvidos em cada macroprocesso do negócio da empresa, para que não seja perdido tempo em algo que não possa representar um ganho prioritário para seu negócio-fim e comprometer a permanência da empresa no mercado.

É primordial que os gestores de uma empresa tenham conhecimento do nível específico de riscos dos seus negócios, para que possam tomar decisões que objetivem equilibrar o risco dos negócios da empresa como risco decorrente do uso de dívidas, bem como realizar ajustes do nível de risco do seu negócio para mais ou para menos, aproveitando-se das oportunidades oferecidas no próprio mercado.

Pela definição de Coso (2007:04), gerenciamento de riscos corporativos é:

um processo conduzido em uma organização pelo conselho de administração, diretoria e demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda a organização eventos em potencial, capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite a risco da organização e possibilitar a garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos.

A definição acima demonstra que o enfoque do gerenciamento de riscos é direcionado ao cumprimento dos objetivos estabelecidos pela organização, fornecendo parâmetros específicos para a eficácia desse gerenciamento.

De acordo com a administração gerencia a organização, o gerenciamento de riscos é constituído

de oitocomponentes inter-relacionados e que se integram ao processo de gestão. Conforme o Coso (2007:22) são:

Ambiente interno: A administração estabelece uma filosofia quanto ao tratamento de riscos e estabelece um limite de apetite a risco. O ambiente interno determina os conceitos básicos sobre a forma como os riscos e os controles serão vistos e abordados pelos empregados da organização. O coração de toda organização fundamenta-se em seu corpo de empregados, isto é, nos atributos individuais, inclusive a integridade, os valores éticos e a competência e também, no ambiente em que atuam.

Fixação de Objetivos: Os objetivos devem existir antes que a administração identifique as situações em potencial que poderão afetar a realização destes. O gerenciamento de riscos corporativos assegura que a administração adote um processo para estabelecer objetivos e que os escolhidos propiciem suporte, alinhem-se com a missão da organização e sejam compatíveis com o apetite a risco.

Identificação de Eventos: Os eventos em potencial que podem impactar a organização devem ser identificados, uma vez que esses possíveis eventos, gerados por fontes internas ou externas, afetam a realização dos objetivos. Durante o processo de identificação de eventos, estes poderão ser diferenciados em riscos, oportunidades, ou ambos. As oportunidades são canalizadas à alta administração, que definirá as estratégias ou os objetivos.

Avaliação de Riscos: Os riscos identificados são analisados com a finalidade de determinar a forma como serão administrados e, depois, serão associados aos objetivos, que podem influenciar. Avaliam-se os riscos considerando seus efeitos inerentes e residuais, bem como sua probabilidade e seu impacto.

Resposta a Risco: Os empregados identificam e avaliam as possíveis respostas aos riscos: evitar, aceitar, reduzir ou compartilhar. A administração seleciona o conjunto de ações destinadas a alinhar os riscos às respectivas tolerâncias e ao apetite a risco.

Atividades de Controle: Políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos selecionados pela administração sejam executadas com eficácia.

Informações e Comunicações: A forma e o prazo em que as informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas permitam que as pessoas cumpram com suas atribuições. Para identificar, avaliar e responder ao risco, a organização necessita das informações em todos os níveis hierárquicos. A comunicação eficaz ocorre quando esta flui na organização em todas as direções, e quando os empregados recebem informações claras quanto às suas funções e responsabilidades.

Monitoramento: A integridade do processo de gerenciamento de riscos corporativos é monitorada e as modificações necessárias são realizadas. Desse modo, a organização poderá reagir ativamente e mudar segundo as circunstâncias. O monitoramento é realizado por meio de atividades gerenciais contínuas, avaliações independentes ou uma combinação desses dois procedimentos.

As organizações devem, além de estabelecer diretrizes e metas estratégicas de crescimento, determinar o nível de risco que a empresa deve zelar para que não ultrapassem aquilo que foi

estabelecido pela alta corporação.

Com um controle de gerenciamento de riscos adequado, controle de processos, gerenciamento e análise do negócio, conhecendo e avaliando os riscos de cada área da empresa e utilizando uma metodologia adequada, existe a possibilidade de se planejar medidas de prevenção para geri o que é importante para a entidade: a incidência e relevância do risco.

4.1 Tipos de riscos

Segundo Avalos (2009:65), “a identificação do risco é um processo interativo e integrado à estratégia e ao planejamento; sempre o início deve ser “zero”, ou seja, não se tomam como base estudos anteriores sobreisso”. É necessário que a empresa identifiqueos riscos relevantes enfrentados na busca de seus objetivos, sejam eles externos ou internos. Ainda de acordo com Avalos (2009), deverá ser estimada a frequência com que os riscos identificados se apresentarão bem como a provável perda que eles poderão ocasionar.

Os métodos que poderão utilizados para determinar sua importância relativa são entre outro, de acordo com Avalos (2009:66):

*estimativa de sua importância e sua transparência;
avaliação da probabilidade de ocorrência e de sua frequência;
mensuração da perda que podem causar;
identificação da forma como será encarado ou gerenciado o risco.*

Os riscos cuja ocorrência seja de baixa frequência, estes não terão maiores preocupações por parte dos administradores, o entanto, não deixarão de ser averiguados. Pelo contrário, os de maiores frequência, que deverão ter atenção redobrada, dando a estes uma atenção diferenciada, pois poderão afetar a operacionalidade da empresa.

De acordo com Gil et al (2013:134), os tipo de riscos são:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco cambial;
- Risco sistemático;
- Risco diversificável.

Os tipos de riscos existentes não se esgotam somente nos citados acima, podendo existir outros risco inerentes ao negócio.

Os riscos representam uma possibilidade, ou seja, algo que existe e poderá ocorrer, não sendo uma prerrogativa afirmativa para que determinado evento de fato venha ocorrer.

Dias (2015) classifica os riscos como sendo alto médio e baixo, dependendo das consequências geradas por estes, conforme quadro 2 abaixo.



CRCPI

COM
TODOS!